



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca





PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Mensagem ao Congresso Nacional



Brasília
1996



Presidente Fernando Henrique Cardoso

MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL

Na Abertura da 2^a Sessão Legislativa
Ordinária da 50^a Legislatura

1996



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente da República
Fernando Henrique Cardoso
Vice-Presidente da República
Marco Antônio de Oliveira Maciel
Ministro de Estado da Justiça
Nelson Azevedo Jobim
Ministro de Estado da Marinha
Almirante-de-Esquadra Mauro César Rodrigues Pereira
Ministro de Estado do Exército
General-de-Exército Zeníldo Gonzaga Zerqua de Lucena
Ministro de Estado das Relações Exteriores
Embaixador Luiz Felippe Palmeira Lampreia
Ministro de Estado da Fazenda
Pedro Sampaio Malan
Ministro de Estado dos Transportes
Odacir Klein
Ministro de Estado da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária
José Eduardo de Andrade Vieira
Ministro de Estado da Educação e do Desporto
Paulo Renato Souza
Ministro de Estado da Cultura
Francisco Corrêa Welfort
Ministro de Estado do Trabalho
Paulo de Tarso Almeida Paiva
Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social
Reinbold Stephanus
Ministro de Estado da Aeronáutica
Tenente-Brigadeiro-do-Ar Lélio Viana Lôbo
Ministro de Estado da Saúde
Adib Domingos Jatene
Ministra de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo
Dorothéa Fonseca Furquim Werneck
Ministro de Estado de Minas e Energia
Raimundo Mendes de Brito
Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento
José Serra
Ministro de Estado das Comunicações
Sérgio Roberto Vieira da Motta
Ministro de Estado da Administração Federal e Reforma do Estado
Luiz Carlos Bremer Gonçalves Pereira
Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia
José Israel Vargas
Ministro de Estado do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal
Gustavo Kraus Gonçalves Sobrinho
Ministro de Estado Extraordinário dos Esportes
Edson Arantes do Nascimento
Ministro de Estado Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas
General-de-Exército Benedito Onofre Bezerra Leônidas
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República
Clóvia de Barros Carvalho
Secretário-Geral da Presidência da República
Eduardo Jorge Caldas Pereira
Chefe da Casa Militar da Presidência da República
General-de-Brigada Alberto Mendes Cardoso
Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
Embaixador Ronsaldo Mou Sardemberg
Secretário de Comunicação Social da Presidência da República
Embaixador Sérgio Silva do Amaral
Advogado-Geral da União
Genival Magela da Cruz Quintão

**MENSAGEM
AO CONGRESSO
NACIONAL**

© 1996, Presidência da República Federativa do Brasil

Brasil, Presidente, 1995- (F.H. Cardoso).

Mensagem ao Congresso Nacional : abertura da 2^a Sessão Legislativa Ordinária da 50^a Legislatura / Fernando Henrique Cardoso. — Brasília : Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, 1996.

113 p. (Documentos da Presidência da República)

I. Política e Governo - Brasil. I. Cardoso, Fernando Henrique, 1931 — II. Título. III. Série.

CDD 320.981

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	XI
I - PANORAMA ECONÔMICO	1
Nível de Renda e de Emprego	2
Atividade Econômica	3
Política Monetária e Creditícia	5
Política Cambial e de Comércio Exterior	8
Política Fiscal	10
II - REFORMAS PARA A MODERNIZAÇÃO	13
Ordem Econômica	14
Agenda para 1996	16
Desestatização	19
III - DESENVOLVIMENTO SOCIAL	23
Programa Comunidade Solidária	23
Trabalho	24
Previdência e Assistência Social	28
Saúde	32
Educação	36
Cultura	41
Esportes	44

Desenvolvimento Urbano, Habitação e Saneamento	45
IV - GESTÃO PÚBLICA	55
Coordenação Governamental	55
Reforma e Modernização do Estado	56
Relações Exteriores	56
Planejamento Governamental e Orçamento	59
Financiamento do Desenvolvimento	61
Desenvolvimento Regional	65
V - CIÊNCIA E TECNOLOGIA	69
VI - MEIO AMBIENTE	73
VII - INFRA-ESTRUTURA	75
Transportes	75
Energia e Mineração	78
Comunicações	84
Recursos Hídricos	88
VIII - SETOR PRODUTIVO	93
Agricultura	93
Indústria e Comércio Exterior	96
Turismo	100
IX - JUSTIÇA, SEGURANÇA E CIDADANIA	103
X - DEFESA NACIONAL	109

INTRODUÇÃO

Senhores Membros do Congresso Nacional

Esta é a segunda vez em que me dirijo a essa Casa no início da Sessão Legislativa, e a primeira em que tenho a oportunidade de apresentar o balanço de um ano de governo.

O ano que passou foi marcado pelos avanços na consolidação de quatro aspectos fundamentais no processo de mudanças da sociedade e do Estado brasileiro, compromisso mais importante de meu governo: primeiro, do processo democrático; segundo, da ética como fio condutor prevalecendo sobre todas as ações de governo; terceiro, da relação de independência recíproca e cooperação entre Executivo e Legislativo, em função do interesse público; quarto, do Plano Real.

Essas quatro dimensões expressam condições de estabilidade social e política indispensáveis à retomada do desenvolvimento a médio e longo prazos. Entretanto, obstáculos importantes permanecem no rumo do crescimento com estabilidade e justiça social. Para superá-los, temos dedicado o melhor de nossos esforços a três objetivos primordiais: 1) realizar as reformas constitucionais necessárias à reconstrução do Estado brasileiro; 2) afirmar um novo padrão de investimentos na economia, mediante maior participação da área privada nos serviços públicos; 3) renovar práticas, concepções e prioridades da ação do governo na área social.

A curto prazo, a consolidação da estabilidade da moeda proporcionou um rumo bem definido para o desenvolvimento. Em 1995

a economia continuou crescendo, a taxa de investimento subiu cerca de 2 pontos percentuais do PIB, e o consumo de alimentos básicos e bens duráveis expandiu-se consideravelmente. A renda dos setores mais pobres cresceu bem acima da média nacional. A inflação continuou declinando.

Esse declínio da inflação apresenta características que reforçam a expectativa de estabilidade a longo prazo: já se observa uma acentuada convergência nos diferentes índices de preços, diminuindo a disparidade responsável por médias mensais ainda relativamente elevadas durante o ano de 1995. Além disso, enfraqueceu-se o caráter micro-inercial da inflação, pois as variações de preços, ocorridas em alguns segmentos produtivos em determinados meses, não se propagaram para os meses seguintes, voltando a taxa de inflação mensal a cair. Em terceiro lugar, o próprio mercado de trabalho está-se flexibilizando, mediante entendimentos diretos entre empregadores e trabalhadores, com vistas a favorecer o emprego e a produtividade.

Paralelamente, houve um crescimento significativo dos investimentos produtivos estrangeiros no País, que superaram 3 bilhões de dólares em 1995. Além disso, em função do novo regime automotriz adotado pelo Poder Executivo, anuncia-se um novo ciclo de investimentos nessa área, num montante superior a 12 bilhões de reais até o final da década. A crise financeira da agricultura, provocada por uma conjunção de produção crescente, preços relativos em declínio e juros excessivamente altos, foi equacionada mediante a securitização da dívida agrícola, que alcançou 7 bilhões de reais, propiciando maiores condições futuras de recuperação do setor.

Um fator fundamental para estimular a retomada dos investimentos decorre diretamente da alteração dos dispositivos da Constituição sobre a Ordem Econômica, principal conquista política de meu governo em 1995, e para a qual a contribuição do Congresso foi essencial. Daqui em diante, serão permitidos investimentos privados

nos setores de petróleo e telecomunicações, bem como investimentos estrangeiros na área de energia elétrica e mineração. Eliminou-se, também, o tratamento diferenciado imposto ao capital estrangeiro.

A aprovação da Lei de Concessões, que tive o privilégio de sancionar como Chefe do Executivo, tendo antes apresentado, no Senado, o Projeto de Lei original, estabeleceu as bases legais para a atuação da iniciativa privada na prestação de serviços públicos. Foi o principal fato na área da desestatização no ano passado, proporcionando, sobretudo na área elétrica, novos investimentos e a conclusão de empreendimentos — viabilizada mediante concessões — num total superior a 2 bilhões de reais.

Expressivos, também, foram os avanços na privatização. Sua importância, do ponto de vista econômico, deriva essencialmente de três fatores. O primeiro é a possibilidade de empregar os recursos provenientes da venda de empresas estatais para: a) abater a dívida pública, economizando os juros gerados por essa dívida; e b) estimular mais privatizações, inclusive nos Estados. O segundo é a economia da capacidade de gestão do Estado, para concentrá-la nas funções propriamente públicas, tais como educação, saúde, justiça, segurança, ciência e tecnologia. O terceiro consiste na possibilidade de fortalecer empresas privatizadas, tanto do ponto de vista gerencial como das fontes de financiamento para sua expansão.

Até agora a privatização avançou, especialmente, nas atividades mais tipicamente empresariais, como a petroquímica e a indústria do aço. Nessas áreas, o avanço no processo de preparação da venda da Vale do Rio Doce, que deverá estar concluído no primeiro semestre deste ano, foi o fato mais significativo. Além disso, foram dados passos decisivos para iniciar a privatização na área, muito mais complexa, de serviços públicos. No setor elétrico, além da venda da Escelsa e das concessões já mencionadas, os processos de divisão ou de fusão, necessários para aumentar o valor de venda das empresas,

permitirão o avanço da desestatização no decorrer de 1996. Na área de transportes tiveram início licitações para concessões de rodovias federais à exploração pela iniciativa privada e prevê-se que, dos 15 mil km passíveis de concessão, mais da metade será objeto de licitação no decorrer deste ano. A privatização da malha ferroviária da RFFSA, de 22 mil km, avançará consideravelmente em 1996.

Esse esforço não se limitou ao âmbito federal. Foi também importante a cooperação entre o BNDES e os Estados, mediante financiamentos associados à compra de debêntures ou ações de empresas estaduais a serem empregados futuramente em privatização. A Caixa Econômica Federal está preparando procedimentos análogos junto aos municípios.

Tudo isso exigiu um esforço de remodelação da gestão governamental e de reforma do Estado. A nova estrutura do Executivo comprehende, em sua cúpula, o Conselho de Governo, composto pelo Presidente da República e pelos Ministros de Estado, onde se examinam as grandes diretrizes e se tomam as decisões estratégicas da ação governamental. Foram criadas as Câmaras do Conselho de Governo, com a função de coordenar as ações nos diferentes setores do Executivo.

As mudanças sensíveis, decorrentes do esforço de estabilização da economia e de modernização do Estado não se limitaram ao plano interno. O País conquistou imagem de nação capaz de remover os obstáculos à estabilidade e ao crescimento e de afirmar-se pela clareza de seus objetivos e a confiabilidade quanto ao cumprimento de seus compromissos. Participamos também ativamente dos acontecimentos mais significativos do cenário internacional e prestamos importante contribuição em áreas essenciais, como o desarmamento, a manutenção da paz, o respeito aos direitos humanos, a proteção ambiental e o desenvolvimento econômico e o progresso social.

No mundo atual, para um País com as dimensões e o significado do Brasil, já não basta reagir aos fatores e eventos externos. É necessário tomar iniciativas. A mais importante foi a proposta que fiz de um novo quadro regulatório para o fluxo de capitais internacionais, de modo a proteger as economias nacionais contra a volatilidade desses capitais. A receptividade dessa proposta, seja no âmbito dos organismos financeiros internacionais, seja no âmbito do G-7, que reúne as principais economias, é uma prova a mais da credibilidade por nós conquistada.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

A consolidação definitiva do Real, bem com o cumprimento da agenda de modernização não são tarefa simples. Três obstáculos ainda desafiam a estabilidade econômica e política que hoje vivemos, e da qual a Nação tanto se orgulha. São eles a permanência da cultura do déficit público, o atraso e o corporativismo.

O risco de volta da hiperinflação não pode ser definitivamente debelado enquanto prevalecer a tendência a tratar os orçamentos públicos como receptáculo de expectativas, e não como instrumento de opção realista entre alternativas igualmente legítimas, mas nem sempre viáveis ao mesmo tempo. A ela se soma a tendência a reivindicar simultaneamente aumento de gastos e diminuição de receitas, até hoje existente no nosso meio político. Outra, ainda, consiste em transferir para o Estado responsabilidades e custos que, claramente, devem ser assumidos por grupos específicos, e não por toda a sociedade.

A conta a pagar pela sociedade brasileira devido ao atraso também é elevada. Atraso, em primeiro lugar, do Estado, que se tornou pesado, caro e ineficiente em muitos setores. Diante dos novos desafios de uma economia crescentemente internacionalizada, o Estado ainda esbarra em dificuldades para diagnosticar as necessidades do País, para executar os projetos que adota, e para fiscalizar,

de modo eficiente, tanto o que executa diretamente, como o que transfere para a iniciativa privada.

Atraso, também, das empresas, que se habitaram, muitas vezes, a atuar em um mundo artificial onde se protegiam da competição pela excessiva regulamentação dos mercados e pela ampla indexação dos preços. Nesse longo período de fechamento do mercado nacional e de inflação alta com indexação, a velocidade do reajuste de preços e os investimentos na esfera financeira se tornaram os principais instrumentos de ação empresarial, em detrimento da revisão de custos, da renovação dos métodos de gestão, e do investimento produtivo.

O atraso é também social. Grandes disparidades ainda subsistem entre setores da população. Com baixo nível de instrução, formação técnica deficiente, mesmo uma parte da população que se encontra acima dos níveis de pobreza está despreparada para um mercado de trabalho que deverá tornar-se cada vez mais exigente para poder competir em níveis de igualdade numa economia globalizada.

O terceiro grande obstáculo à consolidação do Real e à sustentação do crescimento é o corporativismo. Ele não consiste apenas na busca da satisfação de interesses particulares, que é legítima em sociedades livres como a nossa, mas também em buscar soluções em que o interesse público e geral é subordinado ao interesse privado e de um grupo particular. Seja nas empresas, nas organizações da sociedade civil em geral, ou na máquina do Estado, uma mentalidade corporativa está permanentemente moldando as normas das instituições para colocá-las a serviço de seus membros em detrimento das finalidades para que foram criadas. No âmbito do Estado, especialmente, o corporativismo tem sido um poderoso fator de ineficiência e altos custos.

Só é possível enfrentar esses obstáculos mediante reformas que possibilitem, em última análise, o aumento de poupança pública e reforcem os incentivos ao setor privado, ao mesmo tempo em que

eliminem o excesso de regulamentação do mercado de trabalho, reduzindo custos de contratação e manutenção do empregado, tudo isso resultando na geração de novos postos de trabalho. Essas reformas são indispensáveis à construção de um Estado moderno e eficiente. Uma reforma efetiva do Estado lhe permitirá exercer seu papel fundamental na regulação da economia e na garantia das condições estruturais de desenvolvimento, de modo que o mercado responda de forma mais efetiva às demandas de crescimento do País. Permitirá, também, que o Estado desempenhe com mais eficiência seu papel na distribuição mais justa do produto desse crescimento, de modo que as pessoas melhorem seu padrão de vida, mediante uma inserção mais adequada no processo produtivo.

A elas estarão associadas diretrizes necessárias à redução dos desequilíbrios espaciais e sociais. A diminuição das disparidades entre as pessoas constitui um compromisso deste Governo. Mas as disparidades no seio da população refletem, em parte, disparidades no crescimento e na modernização das regiões. Por isso, a estratégia governamental deve visar a ambos os objetivos simultaneamente. Criação de novas oportunidades, redução de custos, aproveitamento das potencialidades econômicas, melhoria da infraestrutura, fortalecimento da educação básica e técnica que, em última análise, proporcionam a melhoria das condições gerais de vida no campo e na cidade, terão um tratamento regional específico.

O Programa Comunidade Solidária é peça fundamental dessa ação. Suas prioridades se identificam com as das principais áreas de atuação do Governo no campo social. Parte importante de sua estratégia é a transformação nos métodos tradicionais de gerenciamento dos programas sociais, por um lado, multiplicando as parcerias entre o setor público e a iniciativa particular e, por outro lado, envolvendo todos os setores e órgãos governamentais na realização dos objetivos estabelecidos e evitando, com isso, a perpetuação de

órgãos especializados e voltados exclusivamente para atender à população mais pobre.

Finalmente, persistiremos na busca da modernização do setor produtivo e do aumento da nossa capacidade de competir internacionalmente. Para tanto contribuirá, de forma decisiva, a mudança no perfil de investimentos na economia, mediante maior participação do setor privado, nacional e estrangeiro, nas atividades que hoje estão com o Estado. Com esse objetivo serão aperfeiçoadas as políticas de abertura comercial, desregulamentação, garantia da concorrência e defesa do consumidor. Paralelamente, serão aprimorados os mecanismos de defesa da produção e do emprego, usualmente adotados em outros países, especialmente nos casos de práticas desleais de comércio.

Esse conjunto de ações constitui um requisito às políticas setoriais do Governo contidas nesta mensagem, que ora trago à consideração dos senhores Membros do Congresso Nacional. Não estão aqui como promessas, mas como compromisso e expectativa. Compromisso de meu governo com as diretrizes expostas. Compromisso com uma nova mentalidade de governo, pautada pela seriedade do diagnóstico, pelo realismo dos programas e pelo empenho em sua realização. Compromisso com a estabilidade e com a retomada do crescimento. Compromisso com a prosperidade e a justiça social.

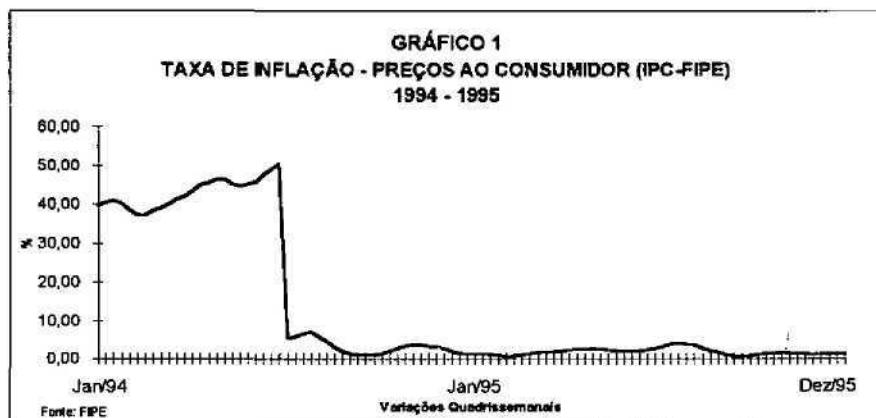
Temos a expectativa de manter e aumentar a qualidade da cooperação que prevaleceu, durante toda a sessão legislativa que vem de encerrar-se, entre Executivo e Legislativo, marcada pelo respeito mútuo e pela paixão comum pelo interesse público. Expectativa, também, de sempre corresponder ao mandato que a Nação brasileira nos concedeu.

Brasília, 15 de fevereiro de 1996

Fernando Henrique Cardoso
Presidente da República

I. PANORAMA ECONÔMICO

O ano de 1995 foi marcado pela consolidação do Plano Real, condição necessária para a retomada dos investimentos e do crescimento econômico sustentado. A inflação sofreu forte declínio, com a variação anual média (IPC-FIPE, IGP-DI e INPC) situando-se próxima dos 20 %, o menor nível desde 1973.



A evolução dos preços no atacado também demonstra com nitidez a redução da inflação. O Índice de Preços no Atacado (IPA-DI) aumentou apenas 6,4 % em 1995 e já se observa um processo de convergência entre a variação nos preços ao consumidor e por atacado.

O desempenho favorável do setor agrícola, com uma safra de verão recorde, contribuiu de forma decisiva à estabilidade dos preços dos alimentos em geral. O custo da cesta básica apresentou variação anual de 7,0 %, muito abaixo de qualquer índice de preços ao consumidor.

Nível de Renda e de Emprego

A estabilização de preços tem proporcionado benefícios que se estenderam a toda a sociedade, especialmente aos setores mais pobres da população. Em comparação com 1993, houve elevação do consumo per capita de importantes itens da cesta básica da população, como feijão (14,7 %), milho (12,2 %), carne suína (11,3 %), carne de frango (24,4 %), ovos (21,4 %) e carne bovina (4,1 %). Nota-se, ainda, que a estabilidade de preços gerou significativa redistribuição de renda. Assim, por exemplo, o rendimento real médio dos 10 % mais pobres na Grande São Paulo cresceu 19,3 % entre julho/94 e novembro/95.

O reajuste de 42,9 % concedido ao Salário Mínimo, que serve de base de remuneração de um grande número de trabalhadores em todo o Brasil, bem como de aposentados e pensionistas, contribuiu para o aumento do poder aquisitivo e substancial melhora da qualidade de vida de parcela significativa da população. Houve uma elevação do rendimento médio real de 10,5 % de janeiro a novembro de 1995, comparativamente a igual período do ano anterior.

O nível de emprego também cresceu. A média da taxa de desemprego no ano passado foi de 4,64 %, de acordo com o IBGE, valor inferior ao registrado em 1994 (5,06 %). Essa queda da taxa de desemprego ocorreu paralelamente ao aumento da população ocupada, conceito que capta os efeitos da realocação da mão-de-obra no

mercado de trabalho formal, resultante do desemprego tecnológico e da terceirização.



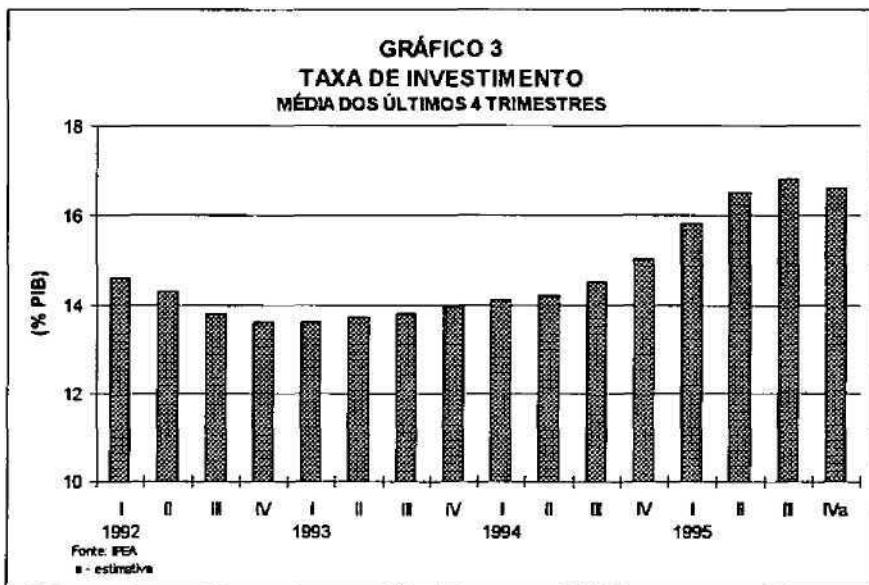
Atividade Econômica

A taxa de crescimento do PIB no primeiro trimestre de 1995 atingiu 10,5% quando comparado com igual período do ano anterior, resultado do forte aumento da demanda agregada causado pelo sucesso do Plano Real.

Apesar do aumento paralelo da taxa de investimentos, um ritmo tão intenso de crescimento da atividade econômica revelou a existência de gargalos em diferentes setores produtivos, pondo em risco o processo de estabilização da economia. De outro lado, a crise mexicana restringiu a oferta de capitais externos, limitando a capacidade do País de financiar seus dispêndios com poupança externa e ameaçando o equilíbrio a longo prazo do balanço de pagamentos.

Essas razões levaram à adoção de medidas fiscais e monetárias restritivas para conter a aceleração da demanda agregada, tornando-a

compatível com a expansão da oferta e as restrições externas. Foram acionados também outros instrumentos de política econômica e setorial para promover ajustes de preços relativos a favor dos bens exportáveis e competitivos com as importações.



Diante do desaquecimento da economia e do abrandamento dos efeitos da crise mexicana, iniciou-se a flexibilização gradual das medidas restritivas, para que o setor produtivo retomasse o crescimento, embora em nível compatível com as restrições macroeconómicas. Com isso, a produção industrial apresentou sinais de recuperação ao longo do segundo semestre, acumulando elevação de 4,25 % entre agosto e novembro (série com ajuste sazonal). Esses resultados apontam para um crescimento médio do PIB da ordem de 4 % em 1995, taxa compatível com a presente fase de consolidação do processo de estabilização dos preços. A expectativa para 1996 é

de continuidade na recuperação da atividade econômica ao longo do ano, o que reforça o otimismo no médio prazo e estimula as inversões produtivas, prevendo-se, assim, uma taxa de crescimento do PIB semelhante à de 1995.

O comportamento de cada setor da economia será, contudo, determinado pela velocidade de adaptação à concorrência externa e pela mudança do perfil da demanda decorrente das transformações econômicas e tecnológicas e da estabilidade de preços. Essa dinâmica pode determinar movimentos de realocação de mão-de-obra, levando os setores de comércio e serviços a absorver maiores parcelas da força de trabalho.

A geração de empregos é uma das principais preocupações do Governo. Para atingir tal objetivo, é necessário elevar os níveis de poupança, aumentar os investimentos produtivos e manter o crescimento econômico.

A flexibilização do mercado de trabalho, visando eliminar o excesso de regulamentação e reduzir os custos de contratação e manutenção do empregado, tem papel importante na geração de novos postos de trabalho. No mesmo sentido, estamos desenvolvendo esforços para aumentar a produtividade da mão-de-obra existente, por meio da educação e do retreinamento, e para elevar a oferta de créditos aos setores absorvedores de mão-de-obra.

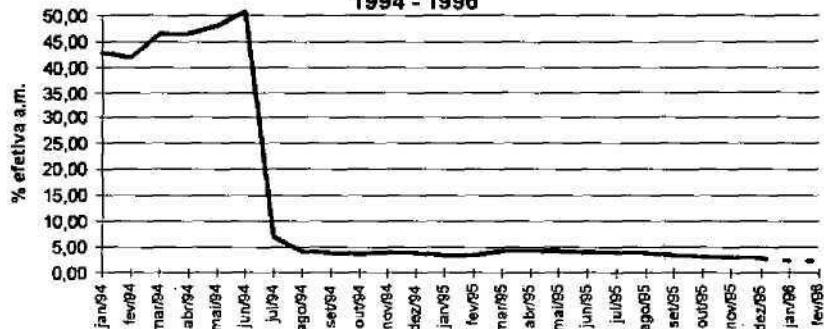
Política Monetária e Creditícia

A política monetária e creditícia caracterizou-se inicialmente pelo recurso a uma taxa de juros básica elevada (entre 3% e 4% mensais) e por alíquotas altas de recolhimento compulsório sobre captações e empréstimos bancários, de modo a conter o crescimento da demanda agregada. Tratou-se de uma opção de política econômica para fazer frente à conjuntura econômica vivida naquele momento.

Estas medidas cumpriram seu papel, limitando a capacidade de empréstimo dos bancos, elevando, porém, os custos de financiamento das dívidas pública e privada.

Alcançados os resultados desejados, passou a haver redução gradual nas exigências de recolhimento compulsório e na taxa de juros básica, que deve atingir 2,3% em fevereiro deste ano. Ao final de 1995, foram definidas regras mais flexíveis para os consórcios de automóveis e de eletrodomésticos, restabelecidos os parcelamentos nas compras com cartão de crédito e aumentados os prazos máximos dos empréstimos do sistema financeiro.

GRÁFICO 4
TAXA BÁSICA DE JUROS - TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS
1994 - 1996



Fonte: Banco Central do Brasil

A redução da taxa de juros básica iniciada no segundo semestre de 1995 deve acentuar-se em 1996, em face da redução da dispersão das taxas mensais de inflação. Paralelamente, o amortecimento das pressões sobre o consumo e a superação da fase da importação excessiva de bens duráveis devem permitir a liberação cuidadosa e gradual dos controles creditícios ao longo de 1996.

Medidas importantes foram tomadas para adequar o Sistema Financeiro Nacional às exigências de uma economia estável. Com a redução drástica dos índices de inflação e a consequente perda de receita inflacionária, da ordem de 9 bilhões de reais ao ano, passou a ser necessário um ajuste estrutural e operacional nesse setor.

No segundo semestre de 1995 formou-se um clima de crescente apreensão quanto à saúde financeira dos bancos privados. Para evitar o agravamento deste quadro, o Governo criou e implantou o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional - PROER, que prevê incentivos tributários, linhas especiais de crédito e flexibilização temporária de exigências expressas no Acordo da Basíléia para as instituições que venham a incorporar, no todo ou em parte, o patrimônio de outras instituições financeiras. Também foram reforçadas as possibilidades de sanções aos administradores, não os eximindo, contudo, de responsabilidades nas esferas penal e administrativa.

Nessa mesma linha, foi criado o Fundo de Garantia de Crédito (FGC), visando preservar o direito de saques individuais no valor de até 20 mil reais sobre depósitos em instituições financeiras que vierem a sofrer processo de falência, intervenção ou liquidação pelo Banco Central. Também foi concedido maior poder à Autoridade Monetária para promover o saneamento e a absorção de instituições financeiras previamente à intervenção ou liquidação.

O Governo promoveu ainda importantes mudanças na legislação e no funcionamento dos fundos de investimentos, que passaram a ter liberdade na destinação de recursos de suas respectivas carteiras. Simultaneamente, exigiu-se recolhimento compulsório para aplicações por prazos inferiores a dois meses, com alíquotas mais elevadas para as disponibilidades de curtíssimo prazo. Tais iniciativas visam estimular os depósitos e a aquisição de títulos de prazo mais longo, auxiliando na obtenção de condições mais favoráveis para a rolagem

da dívida pública interna e na criação de fundos para o financiamento do crescimento econômico.

Política Cambial e de Comércio Exterior

A gestão das políticas cambial e de comércio exterior envolveu fases distintas ao longo de 1995, ajustando-se às mudanças nos cenários externo e interno.

A deterioração do quadro externo em razão da crise mexicana, o rápido aquecimento da atividade econômica e os sucessivos déficits comerciais observados nos primeiros meses de 1995 levaram à elevação na taxa de câmbio real, que coincidiu com a introdução da sistemática de bandas cambiais. Para conter o crescimento excessivo das importações, o Governo adotou medidas tópicas e temporárias, tais como a elevação das alíquotas do Imposto de Importação de um conjunto de bens de consumo durável de elevada participação nas importações e de baixo peso nos índices de preços.

Quanto à política cambial, foi introduzida uma nova sistemática de leilões, através da qual o Banco Central pode efetuar a compra e a venda simultânea de divisas. Triplicou-se o número de instituições autorizadas a operar diretamente com aquele Banco. Além disso, os limites da banda cambial foram ampliados e a própria banda modificada no final de janeiro de 1996.

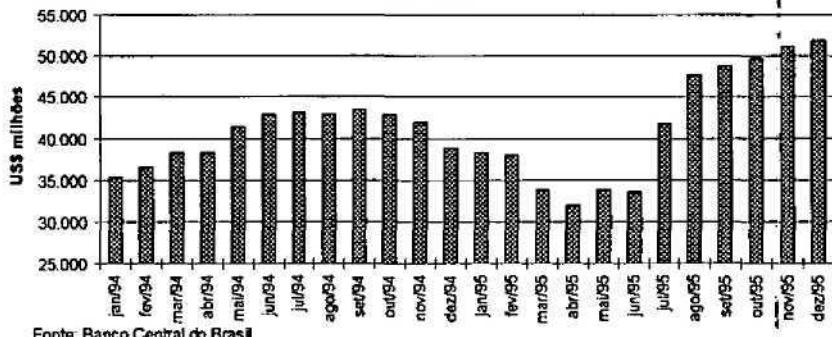
Ademais, foram adotadas medidas para reduzir a tributação indireta que incide sobre as exportações e para evitar práticas desleais de concorrência aos produtores nacionais. Entre elas, destacam-se: o resarcimento das contribuições do PIS e COFINS incidentes nos insumos de produtos exportados; a revisão dos critérios do Programa de Financiamento às Exportações (PROEX); a regulamentação do Acordo de Salvaguardas, nos termos da Rodada Uruguai, que permite a adoção de medidas de proteção mais efetivas à indústria doméstica;

e regulamentação das normas que disciplinam a aplicação de medidas "antidumping".

Tais medidas, paralelamente à contenção da atividade econômica, contribuíram para a melhoria dos resultados comerciais, em particular no que se refere às projeções feitas no início do ano. O saldo na balança comercial, que exibia um déficit de 4,3 bilhões de dólares no primeiro semestre de 1995, apresentou superávit de 1,1 bilhão na segunda metade de 1995.

Da mesma forma, observou-se uma recuperação no afluxo de capitais para o Brasil, em função das elevadas taxas de retorno e das perspectivas econômicas favoráveis. O ingresso de recursos privados e voluntários foi importante para o financiamento do balanço de pagamentos, determinando um saldo líquido de 23,6 bilhões de dólares no movimento de capitais. Esse expressivo ingresso líquido de recursos possibilitou acúmulo de reservas internacionais em níveis recordes, próximos a 50 bilhões de dólares ao final de 1995.

GRÁFICO 5
RESERVAS INTERNACIONAIS
1994 - 1995



Para viabilizar uma absorção de recursos externos com perfil de amortização mais satisfatório, foram estabelecidas medidas inibi-

doras à entrada de capitais voláteis. Neste sentido, foram elevadas as alíquotas do IOF (Imposto sobre as Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários) para as aplicações de portfólio; os empréstimos em moeda voltaram a ser taxados com alíquotas variáveis de acordo com o prazo; e as operações interbancárias e as contas de não-residentes passaram a sofrer a incidência desse imposto. Já os investimentos estrangeiros de risco não foram atingidos, tendo passado de 2,2 bilhões de dólares em 1994 para 3,3 bilhões de dólares em 1995.

Política Fiscal

No campo fiscal verificou-se expressivo aumento da receita dos três níveis de governo, com destaque para a arrecadação do Imposto de Renda, do Imposto sobre Produtos Industrializados e do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços, cujo crescimento real, em 1995, foi de 26,1%, 8,2% e 11,3% respectivamente. Este desempenho favorável reflete, dentre outros fatores, o nível de atividade econômica, a consolidação da estabilização de preços, que eliminou os efeitos negativos da inflação sobre a arrecadação tributária, bem como os esforços da luta contra a sonegação.

Não obstante o êxito obtido no lado da receita e os esforços de contenção dos gastos no Governo Federal, as contas públicas em 1995 registram redução do resultado operacional do setor público consolidado (Governo Central, Estados e Municípios e Empresas Estatais).

No caso do Governo Federal a elevação de alguns ítems de dispêndio foi bastante forte, atingindo aproximadamente 32% no item pessoal e encargos, 31% no caso dos benefícios previdenciários e 67% na rubrica juros reais.

O crescimento dos gastos com pessoal e encargos deveu-se, basicamente, a vantagens e gratificações e à isonomia salarial con-

cedidas no segundo semestre de 1994, bem como ao reajuste de janeiro de 1995, determinado por lei.

A queda da inflação também contribuiu para o aumento significativo das despesas com pessoal. O processo de estabilização de preços requer uma atenção redobrada quanto ao comportamento dos gastos, uma vez que aumentos nominais se transformam em aumentos reais, criando rigidez nas despesas, que antes eram corroídas pela elevação dos preços. Ademais, tem sido observado um forte crescimento vegetativo desses dispêndios, associado à incorporação de anuênios, decênios e outras vantagens previstas no Regime Jurídico Único.

Os gastos com a previdência social cresceram 31 % em termos reais, devido principalmente à substancial elevação do salário mínimo e dos benefícios previdenciários ocorrida em 1995 e ao crescimento “vegetativo” da folha de aposentados e pensionistas do INSS.

Paralelamente, as elevadas taxas de juros, fixadas em função do controle da demanda agregada e da busca de melhoria nas contas externas, responderam por substancial incremento dos encargos da dívida pública. Assim, o Governo Central apresentou, até novembro de 1995, um dispêndio líquido com juros de 2,3 % do PIB, o que representa um aumento da ordem de 0,9 ponto percentual em relação a igual período de 1994.

Na esfera dos Estados e Municípios observou-se um déficit primário acumulado, até novembro de 1995, da ordem de 0,2 % do PIB, revertendo o quadro de sucessivos superávits anuais.

O aumento dos gastos com pessoal e encargos sociais, ativos e inativos, devem responder por cerca de 2/3 da deterioração no resultado fiscal dos Estados e Municípios, cabendo o restante ao dispêndio com juros. Além disso, num ambiente de restrição ao endividamento de médio e longo prazo, as operações de Antecipações de Receitas Operacionais (ARO), tipicamente de curto prazo e custos

mais elevados, foram amplamente utilizadas e acabaram por agravar o desequilíbrio financeiro dos Estados e Municípios.

No conjunto das empresas estatais (federais, estaduais e municipais), observou-se, até novembro de 1995, superávit primário de 0,1%. No entanto, incluindo os dispêndios com juros, verifica-se um déficit operacional de 0,7%.

Estimativas preliminares indicam, porém, que as empresas estatais federais devem fechar o ano de 1995 com um superávit primário de 0,3%. Esse resultado foi alcançado em parte pelo esforço de contenção dos gastos de custeio dessas empresas. Assim, logo no início de 1995, foi determinada a redução de 10% nos gastos correntes das empresas estatais federais do setor produtivo, e de 15% no caso das instituições financeiras federais, em relação aos realizados em 1994, propiciando uma economia de cerca de 5,0 bilhões de reais.

Finalmente, é importante mencionar que o esforço de combate à sonegação fiscal e a redução dos gastos correntes são pré-condições importantes para a obtenção de um equilíbrio das finanças públicas. Por sua vez, a aprovação e regulamentação das reformas estruturais contribuirá para a recuperação da capacidade de poupança do Governo, ao viabilizar a retomada da participação do setor público nos investimentos de sua competência e, por outro lado, melhorar as expectativas dos agentes econômicos, pavimentando o caminho para o crescimento no longo prazo.

Assim, o apoio do Congresso Nacional para a aprovação das reformas da Previdência, Administrativa e Tributária tem importância crucial na busca do equilíbrio fiscal, representando passo decisivo para a consolidação do Programa de Estabilização Econômica.

II - REFORMAS PARA A MODERNIZAÇÃO

Ao abrir a 1^a Sessão Legislativa, no início do mandato, o Governo apresentou ao Congresso Nacional uma agenda de modernização do País, cuja implementação requer mudanças constitucionais, com vistas ao melhor aproveitamento das potencialidades da livre iniciativa e da criatividade empresarial e para o incentivo ao emprego.

O excessivo detalhamento da Constituição de 1988 impede uma efetiva adaptação do País à nova realidade econômica que se vislumbra nesse final de milênio. Atento às mudanças, o Governo elaborou e submeteu à apreciação do Congresso propostas de Emenda à Carta Magna que vêm sendo objeto de intenso escrutínio.

A modernização do País e a competitividade da nossa economia dependem de substancial aumento dos investimentos em infra-estrutura, para a restauração, manutenção e ampliação do sistema viário nacional, a atualização tecnológica das comunicações, o reaparelhamento dos portos e a oferta satisfatória de energia elétrica no médio e longo prazos, além daqueles voltados para a exploração e produção de petróleo e gás natural.

No entanto, a limitada capacidade de investimento do Estado torna inadequada sua presença exclusiva nessa área. É imprescindível uma maior participação do capital privado, interno e externo, em investimentos e na gestão dos serviços de transporte, energia e

telecomunicações, criando as condições para a redução do “Custo Brasil” e o aumento da competitividade dos bens e serviços produzidos no País. As mudanças estruturais já aprovadas pelo Congresso no sentido de reduzir as restrições ao capital estrangeiro e a abrangência dos monopólios estatais na economia, ampliando as fontes de financiamento do desenvolvimento, contribuirão para superar as deficiências de infra-estrutura já acumuladas e para dar novos saltos no sentido de sua modernização.

Vencido o primeiro ano de Governo, não há dúvidas de que o processo de reformas teve significativo avanço. Para a concretização dessas mudanças, a participação efetiva do Congresso Nacional foi extremamente importante.

Ordem Econômica

A reforma econômica já aprovada inclui as emendas à Constituição Federal que tratam da eliminação das restrições ao capital estrangeiro e da quebra dos diferentes monopólios de empresas estatais previstos no texto constitucional. Com efeito, a eliminação do tratamento diferenciado entre empresas brasileiras e empresas brasileiras de capital nacional, já aprovada pelo Congresso, extingue o tratamento preferencial às empresas nacionais nas aquisições do Governo e abre à participação de empresas estrangeiras os setores de mineração e de energia.

Igualmente relevante é a abertura do setor de telecomunicações à iniciativa privada. Pelo texto antes vigente, a exploração de serviços de telecomunicações era um monopólio da União, que poderia ser exercido tão somente por empresas estatais. Com a emenda aprovada, compete também à União autorizar, conceder ou permitir a exploração dos serviços de telecomunicações. Abre-se, agora, o debate sobre o novo modelo setorial de regulação que possibilitará a entrada de

capital privado nessas atividades e a total reestruturação do setor, mantendo-se nas mãos do Estado o poder concedente, regulamentador e fiscalizador.

Na navegação interior e de cabotagem, apenas embarcações brasileiras podiam transportar cargas e passageiros. Também se exigia que a maioria dos tripulantes fosse de nacionalidade brasileira. Aprovada a emenda constitucional, a lei disporá sobre a ordenação dos transportes aéreo, aquático e terrestre e sobre as condições em que o transporte de mercadorias na cabotagem e na navegação interior poderão ser feitos por embarcações estrangeiras. Fica dispensada a exigência de que os tripulantes de embarcações nacionais sejam na maioria brasileiros.

No campo energético, o Congresso Nacional apoiou a eliminação do monopólio da comercialização do gás canalizado, exercido até então pelos governos estaduais, através de empresas públicas, o que tornava o setor indisponível para os investimentos privados. Agora, é permitida a exploração desse serviço mediante concessão e, portanto, as empresas privadas passarão a participar e investir no setor, conforme regras que serão definidas por lei específica.

Empresas estrangeiras e brasileiras podem atuar na mineração em igualdade de condições. A pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União. Lei específica estabelecerá as condições no caso de essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas, previsto, então, um grau especial de controle por parte do Estado.

Igualmente importante e sensível foi a quebra do monopólio de petróleo. Era vedado à União ceder ou conceder qualquer tipo de participação na exploração de jazidas de petróleo ou gás natural. O monopólio estatal incluía a pesquisa, a lavra, o refino, a importação e a exportação de petróleo, gás, gás natural e seus derivados, bem

como o seu transporte. Com o decisivo apoio do Congresso Nacional, foi possível aprovar a eliminação desse monopólio, o que permitirá a contratação de empresas privadas para a realização de atividades em todos os segmentos do setor de petróleo. Ao lado do Estado, a participação da iniciativa privada contribuirá para ampliar os investimentos e aumentar os ganhos neste setor.

A aprovação da Lei das Concessões estabeleceu as bases legais para a atuação do setor privado na prestação de serviços públicos. Esse dispositivo, conjugado à nova Lei de Modernização dos Portos, habilitará o setor portuário, fundamental para que se reduza o custo de nossas exportações, a receber investimentos privados, nacionais e estrangeiros, por meio de concessões e parcerias, para o aprovisionamento de instalações e equipamentos e para a construção e exploração de terminais.

Agenda para 1996

O Poder Legislativo continuará desempenhando um papel decisivo nesse processo de reformas, pois a quebra dos monopólios estatais e a concessão de serviços públicos à iniciativa privada requerem extensa regulamentação, particularmente nos setores de exploração e produção de petróleo e gás natural, de geração e distribuição de energia elétrica e de serviços de telecomunicações. Ademais, as reformas estruturais se estendem para além das medidas relativas à ordem econômica e de suas respectivas legislações complementares, incluindo também as reformas tributária, da administração pública e a previdenciária.

Na reforma tributária, as principais medidas de alcance imediato se destinam a desonerar as exportações, os investimentos e a agricultura. A desoneração das exportações se dará pela eliminação da incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

(ICMS) nas exportações de produtos primários e semi-elaborados, com a garantia de aproveitamento integral do crédito tributário do Imposto de Produtos Industrializados (IPI) e do ICMS, inclusive mediante a previsão de resarcimento de créditos acumulados.

Do mesmo modo, prevê-se o incentivo ao investimento e à melhoria da produtividade através de concessões de créditos de IPI e ICMS incidentes sobre máquinas e equipamentos. Propõe-se, ainda, apoio à agropecuária e à agroindústria e estímulo à produção de alimentos, com a determinação de não incidência do ICMS sobre insumos e implementos agrícolas e a redução do ônus tributário sobre os produtos da cesta básica.

No médio prazo o projeto de reforma tributária contempla a implantação progressiva de um imposto de base ampla sobre o valor adicionado, a partir da unificação das bases de incidência do IPI e do ICMS, promovendo uma enorme simplificação para os contribuintes e para o Fisco e ensejando condições para futuros aperfeiçoamentos. A proposta cria oportunidade para que uma antiga reivindicação dos Estados menos desenvolvidos — tornar suas receitas função do consumo realizado em seus territórios — seja atendida.

O combate à sonegação se inscreve, igualmente, entre os objetivos primordiais do projeto de reforma tributária, com vistas a permitir uma futura redução de alíquotas sem prejuízo do financiamento de gastos públicos incomprimíveis.

Na reforma administrativa, o objetivo principal é proporcionar ao Estado melhor controle sobre as despesas públicas, para permitir o atendimento de suas responsabilidades básicas e a redução das disparidades sociais e regionais. Atualmente, a União e os Estados têm sua capacidade de investimento comprometida pela rigidez orçamentária, impedindo a redistribuição de recursos e o atendimento a gastos prioritários. A reforma visa à criação de instrumentos de

gestão das finanças públicas que permitam melhor administrar os recursos e eficiência nos gastos.

É fato reconhecido que a Constituição inclui dispositivos inibidores da capacidade de operação governamental, dificultando a gestão dos recursos humanos do Estado. O regime jurídico único, o ingresso exclusivo no serviço público através de concurso e a generalização do instituto da estabilidade engessaram a administração, em seus diversos níveis.

A estabilidade generalizada distorceu o objetivo maior de evitar o clientelismo nos cargos públicos e a insegurança no desempenho das funções, efetivando pessoal a partir de decisões legais e administrativas que redundaram em privilégios. É essencial a revisão dos regimes de trabalho e de remuneração dos servidores públicos, ativos e inativos, e das vinculações orçamentárias.

Entre as medidas para a reformulação do papel do Estado, destacam-se, ainda, a restrição à criação indiscriminada de Municípios; o aperfeiçoamento do processo de elaboração do orçamento; as mudanças na fixação de limites para as operações de crédito dos Estados, a desconstitucionalização dos dispositivos sobre a transferência de recursos para o Distrito Federal; o melhor controle de gastos com pessoal pelos três Poderes; e o estabelecimento de prazo para revisão dos fundos e benefícios fiscais existentes.

Na reforma previdenciária, é imperativo alcançar solução duradoura para os desequilíbrios econômico-financeiros da Previdência Social. Tais desarmonias, de caráter estrutural, derivam da mudança do perfil demográfico da população brasileira, da diversidade dos sistemas, de desproporções atuariais e dos privilégios concedidos a várias categorias profissionais.

Para corrigir esses desequilíbrios, é necessário extinguir privilégios, rever em profundidade o regime de benefícios oferecidos pela previdência pública, incentivar o sistema de previdência complemen-

tar facultativo, fixar idade mínima para as aposentadorias, introduzir o conceito de tempo de contribuição em substituição ao de tempo de serviço e eliminar as isenções de contribuição. Os recentes entendimentos realizados em torno dessa matéria revelam, no mínimo, uma clara consciência de todos os interessados a respeito da necessidade de revisão do sistema previdenciário.

Desestatização

São expressivos os avanços no terreno da desestatização. As decisões mais importantes do Programa Nacional de Desestatização - PND passaram a ser tomadas por um Conselho de Ministros, contribuindo para tornar mais ágil e segura sua implementação.

As emendas constitucionais aprovadas abrem a possibilidade concreta de privatização de empresas dos setores de telecomunicações, mineração e energia elétrica, todas elas alcançando, em virtude de sua posição no mercado, elevado preço de venda.

Após a suspensão dos leilões de privatização ocorrida no final de 1994, foi necessário atualizar as avaliações das empresas, retardando o reinício do processo em 1995. O resultado global das privatizações até o início deste ano foi de 1,6 bilhão de reais, considerando a receita de 1 bilhão obtida com a venda das empresas e a dívida transferida ao setor privado, no valor de 566 milhões de reais.

Tal resultado corresponde à venda da ESCELSA, empresa de distribuição de energia elétrica no Estado do Espírito Santo, além de nove participações minoritárias da Petroquisa: COPENE, CPC, SALGEMA, CQR, NITROCARBONO, PRONOR, CBP, KOPPOL e POLIPROPILENO. A desestatização da LIGHT foi viabilizada com a aprovação pelo Congresso Nacional da cisão da empresa, devendo o leilão das ações ocorrer a curto prazo.

Foram incluídas no Programa as empresas federais de energia elétrica: ELETROBRÁS e suas subsidiárias FURNAS, ELETRO-NORTE, ELETROSUL e CHESF, em prosseguimento à decisão de dar ênfase à desestatização. Tais empresas respondem por mais da metade da capacidade de geração elétrica do País.

Devido ao vulto e à complexidade do sistema elétrico, está sendo contratado consórcio de consultores para estudar e propor o modelo a ser utilizado na privatização e na implantação dos órgãos reguladores e fiscalizadores governamentais. Foram também incluídos no PND seis projetos de aproveitamentos hidrelétricos, dando início ao processo de licitação à iniciativa privada da geração de energia elétrica a ser instalada.

Expressivo e importante avanço foi a inscrição no PND da Companhia Vale do Rio Doce, empresa de expressão mundial, atraindo o interesse de investidores internacionais. Os consórcios de consultores contratados para os serviços de avaliação e venda da Companhia já iniciaram seus trabalhos e o processo de venda poderá ocorrer ainda em 1996.

A desestatização da Rede Ferroviária Federal permitirá a expansão e a modernização desse setor de transporte e constitui um marco para o desenvolvimento do País. A Rede foi dividida em seis malhas regionais, a serem arrendadas para a iniciativa privada. Os leilões das malhas Oeste e Centro-Leste deverão se realizar neste semestre.

As rodovias de maior volume de tráfego, inclusive as estaduais, estão sendo licitadas para o setor privado, o que permitirá a realização dos investimentos necessários à recuperação da malha rodoviária, além de sua manutenção com a cobrança de pedágio.

No campo das telecomunicações deverão ser iniciadas este ano parcerias com o setor privado, com o objetivo de viabilizar os

investimentos necessários para superar o atraso a que está submetido este setor.

São também importantes os avanços nos convênios firmados entre o BNDES e os Estados para assistência técnica para desestatização. A maioria dos Estados está engajada no processo de privatização de suas empresas, o que permitirá ampliar os resultados positivos já obtidos na área federal para essa esfera da administração pública brasileira.

III - DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA COMUNIDADE SOLIDÁRIA

Os princípios básicos da estratégia desse Programa são a descentralização — cumprindo aos diversos Ministérios a execução das ações na sua área de competência — e a prática da parceria entre as três esferas de governo e entre estas e a sociedade.

O Comunidade Solidária reuniu programas emergenciais e de combate às causas de perpetuação da pobreza, levando em conta os seguintes objetivos:

- Redução da mortalidade na infância;
- Melhoria das condições de alimentação dos escolares e famílias carentes;
- Melhoria das condições de moradia e saneamento básico;
- Geração de emprego e renda;
- Melhoria das condições de vida no meio rural;
- Apoio ao desenvolvimento do ensino básico; e
- Defesa dos direitos das crianças e adolescentes.

A mobilização e coordenação de esforços permitiu registrar, já no primeiro ano, avanços expressivos na área social.

No âmbito da redução da mortalidade na infância, além das ações básicas de saúde e de campanhas de vacinação e aleitamento

materno realizadas, o Programa de Combate à Desnutrição Infantil foi ampliado para 430 Municípios e atendeu a 1,1 milhão de novos beneficiários entre crianças desnutridas e gestantes de risco nutricional.

Na área dos programas de alimentação, a Merenda Escolar garantiu o atendimento a 33,9 milhões de alunos durante 154 dias letivos, enquanto historicamente esse período nunca excedeu 110 dias. Para este ano, espera-se beneficiar 35 milhões de estudantes do ensino básico e fundamental por um período de 180 dias. Com o fortalecimento do processo de descentralização, cerca de 80% dos Municípios estão desenvolvendo programas próprios de alimentação escolar. Através do PRODEA foram distribuídas perto de 2 milhões de cestas de alimentos dos estoques governamentais, beneficiando 916 mil famílias em 525 Municípios e 158 acampamentos de sem-terrás.

No campo da habitação e saneamento, foram retomados os financiamentos imobiliários para a população de baixa renda e revigorado o Programa de Ação Social em Saneamento - PROSEGE. Destacam-se o Pró-Moradia (643 milhões de reais), voltado para atender 108 mil famílias com renda de até 3 salários mínimos, o Programa Carta de Crédito (717 milhões de reais), destinado a financiamento individual para 70 mil pessoas com renda entre 3 e 12 salários mínimos, e a regulamentação de programa de aproveitamento de terrenos e áreas com infra-estrutura financiado pelo FGTS, que permitirá a construção de 40 mil novas unidades habitacionais.

TRABALHO

No campo da modernização das relações de trabalho e visando também reduzir o “custo Brasil”, foi criada a Comissão Permanente de Direito Social - CPDS e reativou-se o Conselho Nacional do

Trabalho - CNTb. A primeira analisa propostas de mudança da legislação trabalhista ordinária, enquanto o segundo, composto por trabalhadores, empregadores e Governo, constitui fórum privilegiado de negociação de propostas de alteração de dispositivos constitucionais e legais com a finalidade de fortalecer a negociação coletiva e a adoção do contrato coletivo de trabalho em larga escala.

Na área dos conflitos trabalhistas, foram estabelecidos critérios para escolha e atuação de mediador. Seminários foram realizados ao nível regional e nacional para discutir a temática da negociação coletiva e elaborou-se o “Manual de Orientação ao Mediador”, instrumento utilizado em todas as Delegacias Regionais do Trabalho - DRT.

Nos dois primeiros meses seguintes à regulamentação, foram realizadas 1.365 mesas redondas, das quais resultaram 191 acordos, sendo depositados nas Delegacias Regionais 841 acordos de auto-composição entre as partes. Essa participação efetiva do Poder Executivo poupou ao Judiciário a realização de um número expressivo de arbitramentos que, de outra sorte, teriam que ser resolvidos no âmbito da Justiça do Trabalho.

Para desonerar a folha de pagamento das empresas e incentivar a formalização de contratos de trabalho, reduzindo o mercado informal, foram examinadas propostas de redução dos encargos trabalhistas. As propostas de mudanças na legislação constitucional e ordinária deverão ser submetidas à apreciação do Congresso Nacional este ano. Foi também lançado o Programa de Desregulamentação de Normas Administrativas, com a preocupação de racionalizar, de imediato, formalidades e procedimentos burocráticos.

O registro do empregado, que concorre para a erradicação do subemprego, e o recolhimento da contribuição ao FGTS, que é patrimônio do trabalhador, mereceram atenção especial. A Campanha Nacional de Fiscalização do Registro de Empregados e do

Recolhimento do FGTS resultou na elevação do nível histórico de arrecadação mensal deste recolhimento, que saltou de 600 milhões para cerca de 800 milhões de reais.

Esforços foram desenvolvidos também no campo da segurança e saúde do trabalhador. Além das ações de fiscalização, através de parcerias com trabalhadores e empregadores, diversas normas regulamentadoras de segurança e saúde no trabalho foram revistas e atualizadas. Desencadeou-se um processo sistemático de planejamento, acompanhamento e avaliação das ações de segurança e saúde desenvolvidas pelas Delegacias Regionais do Trabalho, levando em conta a realidade de cada região, com base nos indicadores epidemiológicos e nas prioridades definidas no processo de discussão com os trabalhadores e empregadores.

A implantação do SFIT - Sistema Federal da Inspeção do Trabalho contribuiu para a maior eficácia das ações de fiscalização. Mediante a informatização de rotinas e procedimentos relacionados com o cálculo da produtividade do fiscal, o sistema se tornou um poderoso instrumento para o estabelecimento de metas individuais para os Agentes da Inspeção do Trabalho, possibilitando o melhor planejamento da ação fiscal.

No Programa do Abono Salarial foram aplicados 549,3 milhões de reais, beneficiando 5,5 milhões de trabalhadores inscritos no PIS/PASEP com renda mensal de até dois salários mínimos. O Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT atendeu a cerca de 8,5 milhões de trabalhadores em 1995, dos quais 60 % ganham até cinco salários mínimos mensais.

O Governo ampliou expressivamente o atendimento ao trabalhador de baixa escolaridade, ao desempregado e àquele em vias de perder o emprego devido à reestruturação produtiva. Através do Programa Nacional de Qualificação Profissional foram aplicados 46,2 milhões de reais, ou 131 % a mais do que o gasto realizado no

ano anterior, sendo treinados 222 mil trabalhadores, contra 90 mil em 1994.

Ao Sistema Nacional de Emprego, executado em convênio com os Estados, foram alocados 66,3 milhões de reais. O SINE recebeu 1,1 milhão de inscrições de desempregados. Destes, 142,6 mil foram empregados em uma das 365 mil vagas listadas.

O Programa do Seguro-Desemprego, responsável pela assistência temporária ao trabalhador desempregado, beneficiou cerca de 4,7 milhões trabalhadores em 1995, com gastos totais de 2,9 bilhões de reais.

O Programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER, que aplica recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, está sendo executado de forma descentralizada, cabendo sua implementação aos Estados e Municípios, em parceria com a sociedade civil. Em 1995 foram aplicados no PROGER-Urbano e no PROGER-Rural 452 milhões de reais. Estima-se que esse volume de recursos venha a gerar 120 mil empregos diretos. Encontra-se em fase de implementação o programa PROGER/FAO, para geração de emprego e renda em áreas de pobreza localizadas nas regiões Norte e Nordeste.

Ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES foram repassados recursos da ordem de 1,7 bilhão de reais, correspondente a 40 % da arrecadação dos Programas PIS/PASEP, para aplicação em projetos de desenvolvimento econômico.

Para prevenir, combater e erradicar situações ilegais de trabalho, foi criado o GERTRAF - Grupo Executivo de Erradicação do Trabalho Forçado. Ao mesmo tempo, criou-se a fiscalização móvel, que toma as providências necessárias para regularizar situações anômalas à legislação trabalhista. A organização de um banco de dados específico sobre o histórico das ações fiscais, a reformulação de instrumentos normativos e administrativos e o estabelecimento de ações de fiscalização dirigida para áreas críticas são outras providê-

cias que concorreram para o êxito das ações especiais de fiscalização nesta área.

PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Após amplos debates junto a diversos segmentos da sociedade, o Governo formulou e encaminhou ao Congresso Nacional proposta de reforma estrutural da Previdência Social. A reforma tem por propósito a promoção do equilíbrio financeiro, a longo prazo, entre receitas e despesas previdenciárias, garantindo benefícios mais dignos aos aposentados. Preconiza a melhor distribuição dos encargos previdenciários, a eliminação de privilégios e incentiva a ampliação de planos complementares e facultativos de previdência, públicos e privados, custeados por contribuições adicionais e sob o regime de capitalização, para atendimento aos trabalhadores com remuneração acima do teto de cobertura da previdência social.

É fundamental o apoio do Congresso Nacional para a reforma das normas constitucionais relativas à Previdência Social e para a legislação infraconstitucional correspondente aos planos de custeio e de benefícios, o que permitirá proporcionar segurança aos aposentados e pensionistas, viabilizando econômica e financeiramente a Previdência no curto, médio e longo prazos.

No âmbito operacional, foram pagos, em 1995, benefícios previdenciários no valor de 32,56 bilhões de reais, representando um aumento de 28,4% em relação ao ano anterior. Desse total, cerca de 41% foram destinados a segurados cujos benefícios não ultrapassam um salário mínimo. Estes correspondem, em quantidade, a 72% dos benefícios pagos. Constatou-se, por outro lado, significativa melhoria da arrecadação de contribuições previdenciárias, que cresceu 25,3% em termos reais, atingindo a soma de 32,16 bilhões de reais.

Para ampliar ainda mais a arrecadação e propiciar a regularização de empresas e entidades públicas perante a Previdência Social, foi sancionada a Lei nº 9.129/95, que permite o parcelamento de débitos em até 96 meses, com redução da multa. Grande esforço foi empreendido para depurar o cadastro de contribuintes do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, apresentando reflexos positivos no trabalho de fiscalização de empresas, e promoveu-se um rígido combate à apropriação indébita de contribuições sociais de empregados.

Ademais, até o final do exercício de 1995, foram auditados cerca de 1,9 milhão de benefícios concedidos pelo INSS, correspondentes a 12 % de todos os benefícios em manutenção. Desse total, cerca de 117 mil foram cancelados ou revistos.

A criação do Programa Comunidade Solidária e a extinção da Fundação Legião Brasileira de Assistência - LBA significam profunda alteração no modelo de assistência social adotado. Nesse novo desenho, cabe ao Governo a coordenação e a normatização das ações de assistência social de abrangência nacional, ficando descentralizada para os Estados e Municípios a coordenação das atividades no seu âmbito de competência. Dessa forma, dar-se-á cumprimento à LOAS, que preceitua o desenvolvimento de ações articuladas entre as administrações federal, estadual e municipal, a descentralização político-administrativa da assistência social, com participação da sociedade, e o direcionamento de recursos e a transferência de competências às administrações estaduais e municipais.

A extinção da LBA foi realizada sem prejuízo dos convênios firmados com as entidades assistenciais. Por força do Decreto nº 1.496/95, foram firmados 657 novos convênios. Terminado o inventário dos bens móveis e imóveis daquele órgão, os quais serão doados aos Estados e Municípios, permanecendo na mesma função de suporte às ações de assistência social, e determinado o destino de

seu corpo funcional, o procedimento de extinção da LBA ter-se-á completado.

Na regulamentação do pagamento dos benefícios de prestação continuada foram considerados a caracterização dos beneficiários, a documentação necessária para a comprovação do direito, a definição da operacionalização, o acompanhamento e controle da concessão do benefício e o envolvimento do Sistema Único de Saúde - SUS na triagem dos beneficiários portadores de deficiência.

Em 1996, será iniciado o pagamento desses benefícios, no valor unitário mensal de um salário mínimo, aos portadores de deficiência física e aos idosos que comprovem insuficiência de meios para sua própria manutenção e a impossibilidade de tê-la provida por sua família.

Mediante parceria com outras esferas governamentais e com entidades civis, serão promovidos serviços de assistência social a segmentos pobres, compreendendo o atendimento a 1,7 milhão de crianças carentes e a 310 mil idosos, além do apoio aos programas de prevenção e ao tratamento e reabilitação de 132 mil pessoas portadoras de deficiência física.

O Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS concluiu as primeiras etapas do processo de venda do seu patrimônio imobiliário, ao regularizar a situação de cerca de 3.000 imóveis, cuja alienação iniciar-se-á em 1996.

Em continuidade ao processo de acompanhamento das unidades do INSS, foi elaborado sistema de avaliação de desempenho das Gerências e Postos do Seguro Social, com o objetivo de mensurar a qualidade e a produtividade dos trabalhos realizados e motivar os servidores para o aprimoramento da qualidade do atendimento aos usuários. Nesse campo, foram lançados projetos que pretendem reduzir o afluxo de segurados aos postos de atendimento, reduzir as filas e facilitar o acesso aos serviços previdenciários. É o caso do

PRISMA-empresa, que propõe a habilitação de benefícios na empresa onde trabalha o segurado, o Hora Marcada, que prevê o agendamento antecipado do atendimento nos postos de benefícios, e o Kit Segurado, um conjunto de formulários que permite ao segurado requerer diretamente os benefícios pelo Correio.

Não obstante a melhoria observada no atendimento aos segurados na maioria dos Postos do Seguro Social, sobretudo a partir da implantação do sistema informatizado de concessão de benefícios, ainda há locais, principalmente em grandes centros urbanos, em que a qualidade do atendimento carece de melhorias. Para sanar essa deficiência, dar-se-á continuidade à reforma, ampliação e redimensionamento da rede de postos de atendimento, ao programa de informatização e aos projetos PRISMA-Empresa, Hora Marcada e Kit Segurado.

Obedecendo à política de incentivo à criação de entidades de Previdência Complementar cumpre ao Governo garantir a normatização e a fiscalização dessas instituições, para conferir credibilidade ao sistema e segurança aos futuros beneficiários. Atendendo a esse requisito, serão realizadas sessenta missões de fiscalização em fundos de pensão e acompanhadas as entidades que apresentem risco e irregularidades, aplicando, caso necessário, o regime previsto na Lei 6.435/77. Além disso, serão reformuladas e consolidadas as normas aplicáveis ao sistema de Previdência Complementar.

O Governo decidiu realizar auditoria em todas as 115 entidades de previdência complementar, mediante a contratação de empresas especializadas através de licitação pública.

Encontra-se em fase de implementação o Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS, cujo objetivo é viabilizar o registro de dados e informações pessoais, vínculos empregatícios e remunerações dos trabalhadores, necessários à identificação de sua situação perante o Estado e à obtenção de direitos e benefícios trabalhistas e

previdenciários, e de informações relativas aos estabelecimentos empregadores. Mediante o CNIS será possível controlar o recolhimento de contribuições sociais de cada um dos trabalhadores e dos empregadores, tornando a sonegação praticamente residual e permitindo, no futuro, conceder benefícios automaticamente, sem necessidade de prova por parte do segurado.

Para garantir maior segurança aos sistemas de informação previdenciária, a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social - DATAPREV promoverá uma ampla auditoria nos sistemas sob sua responsabilidade, identificando eventuais falhas, riscos e inconsistências, e formulando um plano de contingência para vigorar em situações críticas.

O Exército continuará desempenhando atividades complementares de assistência social, em cooperação com os diversos níveis governamentais, através de trabalhos técnicos de engenharia nos setores de saneamento básico, habitação, obras hídricas, infra-estrutura rodoviária, atendimento médico-odontológico às populações carentes, programas de assistência ao menor carente e abandonado, e participando do programa governamental de distribuição de cestas de alimentos.

SAÚDE

A ação do Governo na área da saúde caracteriza-se pelo esforço na implementação e consolidação do Sistema Único de Saúde - SUS, paralelamente a um trabalho de recuperação da credibilidade do serviço público prestado à população. É também prioridade a melhoria do quadro sanitário, com ênfase na redução da mortalidade infantil.

Como parte fundamental de um amplo processo de organização da gestão da assistência, iniciou-se a programação integrada e

ascendente entre Municípios, Estados e Ministério da Saúde, sendo definidos tetos financeiros globais para cada Estado e Município, permitindo, dessa forma, melhor distribuição dos recursos, maior eqüidade do Sistema e efetiva responsabilidade de cada gestor.

Para suprir a deficiência de recursos financeiros, foram adotadas medidas de racionalização e de controle, nos três níveis de gestão; intensificou-se a cooperação técnica e financeira junto aos Estados e Municípios, com vistas a otimizar e integralizar as ações em todo o Sistema. Paralelamente, o Governo apoiou proposta de emenda constitucional do Legislativo instituindo contribuição resultante do conjunto das movimentações financeiras. A implementação da descentralização do SUS requer a definição de fontes estáveis e suficientes de recursos.

Ressalte-se que o orçamento para o setor em 1995, da ordem de 13,9 bilhões de reais, foi realizado integralmente. Além disso, foram acrescentados 1,9 bilhão de reais, dos quais 1,2 bilhão por meio de empréstimo junto ao Fundo de Amparo ao Trabalhador. Assim, a execução orçamentária do Ministério da Saúde atingiu 15,8 bilhões de reais, dos quais 14,3 bilhões (91%) de efetiva aplicação em atividades-fim. Este dispêndio ultrapassa a meta de 80 reais per capita constante da proposta de governo (Mãos à Obra), porém é ainda insuficiente para as necessidades atuais do País.

Nesse esforço, as despesas com os serviços assistenciais do SUS, tanto as ambulatoriais quanto as de internações hospitalares, foram colocadas rigorosamente em dia, cumprindo o compromisso assumido pelo Governo para o seu primeiro ano de mandato.

O Governo concentra esforços na melhoria dos atendimentos de urgência e emergência nas áreas metropolitanas, importante ponto de estrangulamento no setor. A recuperação, o reequipamento e a readequação das unidades prestadoras de serviços do SUS, objeto do projeto Reforço à Reorganização do SUS - REFORsus - poderá

dispor, em colaboração com organismos financeiros internacionais, de recursos da ordem de 600 milhões de dólares para o período 1996/98, com vistas ao aumento da cobertura e melhoria da qualidade dos serviços de saúde do Sistema, mediante a recuperação física da rede existente, a correção do hiato tecnológico dos serviços, e o desenvolvimento institucional e gerencial do setor em seus diferentes níveis.

No processo de descentralização, cada esfera de governo deve organizar efetivamente o seu sistema de saúde, assumindo em caráter permanente a provisão dos serviços transferidos à sua responsabilidade. Foi considerável o progresso obtido: o número de Municípios brasileiros habilitados à mais alta condição de gestão do seu sistema de saúde (gestão semiplena) passou de 24, ao final de 1994, para 56 em 1995, abrangendo 14,6 milhões de habitantes. Concluiu-se o ano de 1995 com 2.131 Municípios em condição de gestão incipiente, enquanto 612 estavam em condição de gestão parcial. Assim, 2.799 Municípios (56,3 % do total de Municípios brasileiros) estão habilitados em alguma das atuais formas de gestão descentralizada. Esse processo será intensificado, o que possibilitará habilitar, neste ano, à condição de gestão semiplena, pelo menos 125 Municípios, o que representará um incremento de 100 % em relação ao ano anterior, bem como incorporar 597 Municípios à condição de gestão parcial.

Foram elaboradas propostas para a regulamentação, o ordenamento e a fiscalização dos Sistemas Complementares Privados de Garantia de Assistência à Saúde, onde se estabelece o resarcimento ao SUS pelos serviços prestados aos beneficiários de seguros ou planos privados de assistência à saúde. Após avaliação final pelo Conselho Nacional de Saúde, as propostas serão encaminhadas ao Congresso Nacional.

A participação institucional da sociedade foi estimulada através do fortalecimento do Conselho Nacional e dos Conselhos Estaduais

e Municipais de Saúde. Nessa perspectiva, foi convocada a X Conferência Nacional de Saúde, sob inspiração do tema SUS - Construindo um Modelo de Atenção à Saúde para a Qualidade de Vida. O aperfeiçoamento da regulação e do controle dar-se-á concomitantemente à implantação, em todos os níveis do Governo, do novo Sistema Nacional de Auditoria.

Visando melhorar o quadro sanitário da população brasileira foi lançado o Projeto para Redução da Mortalidade na Infância - iniciativa componente do Programa Comunidade Solidária. Com ênfase no controle das doenças transmissíveis, na prevenção e recuperação da desnutrição, na atenção integral à saúde da mulher e da criança, especialmente por meio do Programa de Saúde da Família e do Programa de Agentes Comunitários de Saúde, e na melhoria das condições de acesso aos serviços de saneamento básico, tal projeto mobiliza a sociedade brasileira para reduzir, até o final deste Governo, o coeficiente de mortalidade infantil do País para 22,6/1000 nascidos vivos, significando uma redução de 50 % do registrado no início desta década.

Cabe mencionar, também, as ações voltadas à erradicação do *Aedes aegypti*, para afastar os riscos de transmissão da Febre Amarela e impedir a eclosão de surtos epidêmicos de Dengue Hemorrágico, e a manutenção das Campanhas Nacionais de Multivacinação, visando manter erradicada a poliomielite e alcançar, até 1998, a eliminação do sarampo e do tétano neo-natal. Pretende-se atingir a erradicação, até 1998, do *Triatoma infestans*, vetor da doença de Chagas, e, até o ano 2000, da Hanseníase enquanto problema de saúde pública no País. Iniciou-se a implementação do Plano Integrado de Combate à Malária, para a redução da incidência e prevalência para menos de 300 mil casos/ano, até o fim deste Governo.

No campo da Vigilância Sanitária, grande passo foi dado com a celebração de convênios com diversas universidades brasileiras

para a implementação do Projeto de Captação de Propagandas de Medicamentos, que visa à realização de análises das alegadas propriedades terapêuticas dos medicamentos objeto de propaganda.

EDUCAÇÃO

A prioridade do Governo na área da Educação é o fortalecimento do ensino fundamental, através da valorização da escola, da ampliação da sua autonomia, da descentralização das ações e da redistribuição das responsabilidade entre as diferentes esferas de governo.

Atuando no sentido de eliminar a intermediação e oferecer qualidade e eqüidade, o repasse de recursos diretamente às escolas configurou uma revolução nas práticas anteriormente adotadas, tendo sido beneficiados 25 milhões de alunos de 107 mil escolas em todos os Municípios brasileiros.

O Governo apresentou proposta de Emenda Constitucional que viabiliza a criação de Fundos Estaduais para assegurar investimentos mínimos de 300 reais por aluno/ano - beneficiando, sobretudo, as regiões mais pobres do País - e permitir a elevação da remuneração do Magistério. Os mecanismos de repasse estão sendo aprimorados e condicionados à aplicação da parcela constitucional de 25 % em educação, especialmente para o ensino fundamental e programas de valorização do magistério. Serão repassados recursos diretamente para 180 mil escolas beneficiando cerca de 30 milhões de alunos. Outras ações complementares de financiamento estão sendo desenvolvidas para manutenção e expansão da rede.

A elaboração de parâmetros curriculares básicos vem sendo efetuada em sintonia com as Secretarias Estaduais de Educação, para permitir o mínimo de uniformidade no sistema educacional e orientar a atuação do Governo em relação ao livro didático, ao treinamento

de professores e à sistemática de avaliação. Foram estabelecidos em 1995 os parâmetros curriculares para as quatro primeiras séries do ensino fundamental e produzidos os materiais de apoio para as respectivas escolas e professores. Foram redefinidos o currículo, os objetivos e conteúdos das escolas técnicas e agrotécnicas federais, com vistas a ampliar a participação do setor produtivo nas decisões das escolas, sobretudo aquelas relacionadas com a natureza e perfil dos cursos.

Foram distribuídos cerca de 110 milhões de livros, destinados a 19 milhões de estudantes da 1^a à 4^a séries, a 120 mil professores, e a prover as salas de leitura que atendem a cerca de 29 milhões de alunos. Foram também promovidos entendimentos com editoras e livreiros, visando à melhoria da qualidade do livro didático fundamentado na sua escolha pelos professores. Em 1996, o Governo deverá garantir a provisão do livro didático e de módulos escolares (cadernos, lápis, borracha, etc) a todos os alunos da 1^a à 8^a séries da rede pública, atendendo, pela 1^a vez, simultaneamente, a cerca de 30 milhões de alunos em todos os Estados. Serão atendidas 174 mil escolas, sendo 55 mil urbanas e 119 mil rurais, estando prevista a editoração de 25 obras.

O emprego de meios de comunicação de massa está sendo intensificado. A TV Educativa está produzindo quatro programas: Gestão Escolar, fornecendo subsídios às escolas para otimizar a utilização dos recursos humanos e materiais; Formação e Capacitação dos Professores em Português, Matemática e Ciências; Uso do Livro Didático; e Estímulo à Leitura. Passo inovador e expressivo é o Programa de Educação à Distância/TV Escola, com a finalidade de integrar as escolas públicas à nova sistemática metodológica e de utilização de recursos. Foram destinados 1.500 reais para cada escola com mais de 100 alunos, para aquisição do kit-tecnológico contendo

um televisor, um vídeo cassete, uma antena parabólica e uma caixa de fitas. Esse aporte de recursos beneficiou 43.163 escolas.

A TV Escola transmitirá, via satélite, programas de ensino fundamental a 45.800 escolas com mais de 100 alunos em todo o País. O programa atingirá 945 mil professores e beneficiará 23 milhões de alunos. Será também implantado o Telecurso 20002º grau e profissionalizante em Escolas Técnicas e Agrotécnicas.

O Governo assinou Acordo de Cooperação Técnica com as Fundações CESGRANRIO e Carlos Chagas para estabelecer sistêmica de avaliação educacional, amparada na universalização dos testes. Este ano, dar-se-á início ao processo de avaliação qualitativa dos ensinos fundamental, médio e superior, em todo País.

A concepção e implantação do Sistema Integrado de Informações Educacionais permite apoiar o planejamento da educação e suas decisões com informações fidedignas e atualizadas, o que exigiu a definição de nova metodologia para coleta e processamento de dados pelos Censos Educacionais.

O Programa de Alimentação Escolar descentralizou o fornecimento da merenda escolar e liberou recursos ampliando o atendimento para 33,9 milhões de alunos da rede pública de ensino, durante 154 dias letivos. Esse atendimento deverá garantir, neste ano, 180 dias de merenda escolar a aproximadamente 35 milhões de alunos matriculados na pré-escola e no ensino fundamental. Será implantado, ainda, um novo sistema para aumentar a fluidez das transferências para os Municípios e manter o acompanhamento da qualidade da alimentação escolar.

A coordenação com o Programa Comunidade Solidária contribuiu decisivamente para a melhoria da qualidade do ensino. Ao programa de transporte do escolar, que visa estimular e facilitar o acesso do aluno à escola, foram destinados recursos para abranger a população estudantil carente de 327 Municípios. O programa saúde

do escolar atendeu aos Municípios selecionados pelo Comunidade Solidária. Foram transferidos recursos aos Estados e Municípios, visando à aquisição de conjunto de primeiros socorros e produtos para saúde e higiene bucal, beneficiando cerca de 1 milhão de alunos, 60 mil professores e 13 mil escolas, além de atender a 27 mil alunos no programa de profilaxia e prevenção de doenças. Novo projeto, implantado para atender prioritariamente a alunos da 1^a série do ensino fundamental, faz uma avaliação completa da saúde da criança quando ingressa na escola e assume o compromisso de devolvê-la saudável no final do ano. Está sendo desenvolvido em 7 capitais, em bolsões de pobreza, com perspectivas de ampliação.

Em 1996, será ampliada a distribuição de conjuntos com material para higiene bucal e de primeiros socorros para 300 mil alunos da rede pública de ensino, nos bolsões de pobreza, e atendidos 5 milhões de alunos nos programas de saúde preventiva e profilática. O transporte escolar será estendido aos alunos moradores nos assentamentos do INCRA e aos alunos mais carentes, de acordo com indicações do Programa Comunidade Solidária, com o objetivo de alcançar 1.760 Municípios.

Financiado pelo Banco Mundial, o Projeto Educação Básica para o Nordeste visa estender o atendimento à população em idade escolar daquela região, além de reaparelhar praticamente todas as escolas do Nordeste. Com recursos desse Projeto já foram treinados docentes, reformadas e ampliadas escolas e equipadas salas de aula.

Visando melhorar o atendimento educacional aos portadores de necessidades educativas especiais, o Governo tem estimulado a adequação da rede física das escolas e promovido articulações com os ensinos médio e superior para a formação de recursos humanos especializados. Foram integrados 45 mil alunos a escolas da rede regular. Estão sendo concentrados esforços para que o Instituto Benjamim Constant (atendimento a cegos) e o Instituto Nacional de

Educação de Surdos se transformem em centros de pesquisa e de desenvolvimento de tecnologias voltadas para acelerar o processo de integração do portador de deficiência na sociedade.

Com o propósito de fortalecer o ensino superior, promovendo a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão no conjunto das instituições públicas e privadas, estão sendo analisadas propostas de reformas na Constituição, com o intuito de viabilizar a autonomia universitária, na parte relativa à vida acadêmica, e eliminar as aposentadorias especiais. Foram definidas a composição e as competências do Conselho Nacional de Educação, com vistas a torná-lo aberto e independente de interesses corporativos. Buscando a garantia da qualidade de atendimento, o Governo restabeleceu, através de projeto de lei encaminhado ao Congresso Nacional, a lista tríplice para escolha dos dirigentes das instituições de ensino superior, determinando uma participação de 70% dos docentes no processo de escolha.

Aos alunos carentes matriculados nas instituições particulares de ensino superior o Governo destinou recursos através do Programa Crédito Educativo para concessão de 120 mil bolsas de estudo de graduação e quase 4 mil de pós-graduação. Neste ano, está prevista a concessão de mais de 150 mil bolsas e a avaliação de 1.721 cursos de graduação.

No atendimento aos assentados rurais, estão sendo desenvolvidas ações de educação básica, como forma de acesso ao exercício da cidadania, e de capacitação profissional voltada para a assimilação de padrões tecnológicos mais modernos.

Buscou-se, também, proporcionar às unidades escolares militares melhores condições de funcionamento, recursos tecnológicos mais avançados e recursos humanos qualificados, além de formar quadros profissionais mais capacitados a exercer as diversas funções exigidas pela profissão militar.

Em 1995, as principais ações, nesse campo, foram orientadas no sentido de expandir as instalações físicas da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, ampliar a capacidade de formação da Escola de Sargento das Armas, concluir a reforma dos alojamentos da Academia Militar das Agulhas Negras, implantar, em convênio com governos estaduais e municipais, novos Colégios Militares, consolidar o Centro de Capacitação Física do Exército, celebrar convênios com faculdades e estabelecimentos civis visando ao maior intercâmbio cultural, estabelecer convênio com o Governo francês para aperfeiçoamento do ensino da língua francesa nos Colégios Militares. As Escolas Militares serão equipadas com modernos meios auxiliares ao processo ensino-aprendizagem, e implantarão os projetos de ensino à distância e o AMAN 2000.

CULTURA

O orçamento da Cultura dobrou a sua aplicação exclusiva em atividades-fim, possibilitando quadruplicar, em 1995, os recursos do Tesouro destinados ao setor. Esses recursos foram repassados à sociedade através de convênios que contemplaram, pela primeira vez, todas as Unidades da Federação, sem exceção. Pelo menos 50% dos recursos despendidos em atividades-fim durante o exercício passado foram destinados a recuperação e preservação do patrimônio cultural brasileiro. A Biblioteca Nacional está sendo integralmente restaurada e reaparelhada, num esforço que conta com grande participação da iniciativa privada.

Conseguiu-se também flexibilizar a regulamentação da Lei nº 8.313, divulgando nacionalmente as alterações e incentivando os empresários a participar do esforço de financiamento das atividades culturais. O nível de utilização do teto de renúncia fiscal da lei de incentivo à cultura passou de 6% em 1994 para 18% em 1995; a

quantidade de projetos aprovados também triplicou. O orçamento do Fundo Nacional da Cultura passou de doze milhões para cerca de 22 milhões de reais; sua demanda cresceu, e obteve-se uma distribuição regional mais equitativa dos recursos.

O renascimento do cinema nacional está sendo apoiado pelo Governo, embora se reconheça que muito ainda pode ser feito para consolidar nossa indústria audiovisual e torná-la competitiva nacional e internacionalmente. A criação da Câmara Setorial do Audiovisual foi um importante passo dado pelo Governo no sentido da abertura de um canal fluente e representativo com o setor, evitando-se as superadas práticas de protecionismo, com base em critérios subjetivos e pouco transparentes. A Câmara deverá debater e propor uma política moderna para o setor.

A viabilização financeira da produção cinematográfica nacional será outro foco de atenção para 1996. Devemos modernizar nossa legislação, com o apoio do Congresso Nacional, e aprimorar o controle sobre os mecanismos já existentes, o que já ampliou de 500 mil reais em 1994 para 2,2 milhões de reais em 1995 os recursos oriundos da contribuição para o desenvolvimento do cinema nacional, pagos pelos importadores de filmes estrangeiros. A participação da iniciativa privada no financiamento à produção audiovisual, a aproximação entre o cinema e a televisão brasileira, bem como as co-produções internacionais serão estimuladas.

Resultantes do Prêmio Resgate do Cinema Nacional, encontram-se hoje concluídos 18 filmes de longa metragem. Filmes brasileiros estão novamente participando de festivais internacionais. *O Cinema de Lágrimas* de Nelson Pereira dos Santos abriu as comemorações dos Cem Anos de Cinema em Cannes.

Grandes exposições, como a das esculturas de Rodin, atraem multidões — 240 mil pessoas no Rio, 140 mil em São Paulo. Importantes mostras nacionais — Tesouros do Patrimônio, Coleções

Públicas de Brasília, Herdeiros da Noite, sobre a arte negra brasileira e suas raízes africanas - estão circulando pelo País. Mais do que um renovado interesse pelas artes e pela cultura, estamos revelando uma crescente competência para planejar e administrar atividades e eventos culturais complexos e variados, em todo o território nacional.

Brasília tem sediado manifestações importantes em todos os campos da cultura, popular e erudita; aqui se realizou o I Encontro da Cultura Brasileira, promovido pelo Ministério da Cultura.

O projeto da criação do Museu de Brasília expressa a preocupação com a valorização de nossa identidade cultural. É preciso contar com instituição cujo projeto museológico seja definido através de amplo debate de idéias sobre a imagem que temos e que queremos mostrar de nós mesmos, da unidade e da diversidade da nossa riqueza cultural.

A política cultural está sendo conduzida através de mecanismos que assegurem a participação e o diálogo com a sociedade, os artistas e os produtores culturais. Foram também criadas, ou estão em fase de instituição, a Câmara Setorial do Livro, a da Comunicação Gráfica e a da Música, Disco e Radiofonia; há grupos e comissões formados com vistas à definição de políticas para o teatro, os museus e os direitos autorais.

Outro grande programa, de abrangência nacional, tratará do incentivo à leitura e será levado a todos os brasileiros, criando uma biblioteca em cada município, incentivando programas permanentes de leitura, feiras do livro, concursos literários para estudantes, bônus-livro para os professores e encontros itinerantes com escritores por todo o País.

No campo da difusão cultural, a FUNARTE - Fundação Nacional de Arte - atuou nas áreas de artes visuais, música, folclore, cinema e vídeo, teatro, dança, ópera e circo, realizando cursos, seminários, concursos e prêmios nacionais, além de divulgar pesqui-

sa e documentação através de uma política editorial e de vendas mais agressiva.

Tanto na difusão quanto no apoio à criação cultural, o Governo tem atuado cada vez mais de forma integrada. Há convênios, protocolos e grupos de trabalho conjuntos relacionados às bolsas de estudo da CAPES para aperfeiçoamento de estudantes de artes no exterior, à veiculação de programas culturais na rede de TV-Escola, e à compatibilização dos patrocínios com as prioridades culturais do Governo.

ESPORTES

O Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto — INDESP firmou convênios com organizações públicas e privadas, o que demarcará o desenvolvimento das atividades neste ano. Dentre os nove programas em execução, três refletem a política prioritária para o setor: Programa Esporte Solidário, os Jogos das Escolas Públicas e o Programa de Vida Ativa.

O Programa Esporte Solidário, abrangendo todo o Brasil, visa assegurar políticas locais de desenvolvimento esportivo com vistas à promoção social. Nos pólos em que se desenvolverá esse programa, as crianças e adolescentes de baixa renda terão acesso às atividades esportivas, durante 4 horas por dia, complementadas pelo reforço alimentar, reforço escolar, assistência básica de saúde e arte-educação. Para sua efetiva implementação, adotou-se a parceria, através de convênios dos quais participam governos estaduais e municipais, organizações não-governamentais e setores da iniciativa privada, além de diversos órgãos federais.

No ano corrente, serão atendidas 42.000 crianças/dia no seio do programa Esporte Solidário, em 9 Estados da Federação. Nos demais, o INDESP implementará cerca de 1.100 pólos. O projeto

Vilas Olímpicas Urbanas prevê a implementação do Programa Esporte Solidário nas 30 Vilas Tecnológicas do PROTECH, construídas para populações de baixa renda, com tecnologias inovadoras e materiais de baixo custo. O projeto-piloto será desenvolvido em Bauru-SP para atender a 3.500 famílias carentes.

O programa Jogos das Escolas Públicas objetiva propiciar o encontro entre alunos das escolas públicas de 1º e 2º graus, com seu desenvolvimento fundamentado nos princípios da totalidade, cooperação, emancipação, regionalismo, co-educação e participação. Envolverão cerca de 40.000 escolas públicas do País, para um evento que deverá contar com o patrocínio da iniciativa privada.

O Programa de Vida Ativa é um conjunto de ações organizadas em parceria com a iniciativa privada, que visa mobilizar a sociedade e o indivíduo para a prática de atividades físicas, tendo na espontaneidade, no prazer, na simplicidade e na liberdade de escolha as características fundamentais de adesão às ações incentivadas ou promovidas. O Programa não cria entidades específicas nem acarreta despesas de pessoal. Caminhadas, corridas, saltos, esportes aquáticos, aéreos e terrestres, dança, jogos, ginástica, brincadeiras e folguedos são exemplos de atividades que serão desenvolvidas através da articulação de entidades das áreas de esporte, lazer, recreação e cultura.

DESENVOLVIMENTO URBANO, HABITAÇÃO E SANEAMENTO

As ações de desenvolvimento urbano do Governo estão orientadas pelos princípios básicos de descentralização, flexibilidade, transparência e parceria com a sociedade civil.

As políticas de desenvolvimento urbano estão sofrendo alterações importantes na sua institucionalização, concepção e operacio-

nalização. A criação da Secretaria de Política Urbana, órgão da estrutura do Ministério do Planejamento e Orçamento, cumpriu duas funções básicas: a) resgatar a competência da esfera federal nas ações de desenvolvimento urbano, que é fundamentalmente normativa, reguladora e indutora; e b) coordenar as ações dos diversos órgãos federais que atuam nesses setores, evitando a pulverização e a reduzida eficácia das ações e dos investimentos públicos.

Nas áreas de habitação e saneamento, a principal fonte de recursos públicos é o FGTS, sendo o Ministério do Planejamento e Orçamento o gestor das aplicações deste Fundo e a Caixa Econômica Federal seu agente operador. Em 1995, após 4 anos sem contratar novas operações, foram destinados 2,8 bilhões de reais do FGTS para novos financiamentos, sendo 67% alocados para a área de habitação popular.

Os novos programas definidos pelo Governo para essas duas áreas estão voltados prioritariamente para a população de baixa renda. No caso do FGTS, a média histórica de aplicações destinadas à população de até 3 salários mínimos, onde está concentrada a maior parcela dos déficits de habitação e saneamento, não ultrapassava 5%. O orçamento do FGTS para 1995 e as diretrizes orçamentárias gerais desse Fundo para o período 1996-1999 elevam essa proporção para percentuais acima de 30%.

Ademais, os princípios de descentralização, flexibilidade, transparência e parceria já foram implantados na nova sistemática de aplicação dos recursos do FGTS, mediante a participação direta de instâncias colegiadas estaduais, constituídas por representantes do Governo Estadual, dos Governos Municipais e da sociedade civil, no processo de enquadramento, hierarquização e seleção das propostas de operações de crédito com recursos do Fundo.

Como primeiro resultado dessa sistemática, foram firmados convênios com as 27 Unidades da Federação, que selecionaram, em

1995, 2.067 propostas de financiamento no âmbito de dois dos novos programas lançados: Pró-Moradia e Pró-Saneamento, envolvendo solicitações de empréstimos da ordem de 1,1 bilhão de reais, possibilitando beneficiar aproximadamente 1 milhão de famílias.

Estão sendo implantados novos processos de análise de viabilidade técnica, econômica e financeira dos projetos do FGTS, a fim de garantir a recuperação dos empréstimos realizados pelo Fundo. O Governo vem acompanhando as dificuldades operacionais enfrentadas pelos Estados e Municípios, instâncias colegiadas e agentes financeiros, e tomando as medidas administrativas e legais necessárias à flexibilização dos pré-requisitos e critérios de enquadramento, seleção e contratação das propostas de operações de crédito. Ao longo dos próximos 4 meses, a maior parte dos projetos selecionados em 1995 e passíveis de contratação terão seus contratos assinados.

Entre os programas já em andamento destacam-se, na área de habitação, o Pró-Moradia e o Programa Carta de Crédito.

O Pró-Moradia objetiva o atendimento da população urbana com rendimentos até 3 salários mínimos e que vive em áreas degradadas ou impróprias para moradia, por meio da implementação de ações integradas e flexíveis de construção e de melhorias habitacionais e de infra-estrutura urbana complementar, que são planejadas e executadas com a participação dos beneficiários diretos. O Conselho Curador do FGTS autorizou a contratação de até 479 milhões de reais, no exercício de 1996, para esse Programa, que, somados aos 183 projetos já contratados com 114 municípios em 1995, perfazem 541 milhões de reais, possibilitando beneficiar 270 mil famílias.

O Programa Carta de Crédito proporciona a famílias com rendimentos de até 12 salários mínimos a possibilidade de optarem entre a aquisição de imóveis novos ou usados, de lotes urbanizados ou, ainda, a construção, reforma ou ampliação de suas residências,

por meio de financiamentos concedidos diretamente às pessoas físicas, quer individualmente, quer organizadas sob a forma associativa. O caráter inovador do Programa está na oportunidade que dá aos trabalhadores de baixa renda de encontrarem soluções para suas necessidades habitacionais no próprio mercado, como alternativa à política de financiamento exclusiva para conjuntos habitacionais padronizados e situados nas periferias urbanas.

O orçamento do FGTS, para 1995, previu recursos no valor de 717 milhões de reais para o Programa Carta de Crédito, que foram alocados por 10 agentes financeiros (a Caixa Econômica Federal opera o Programa em todas as Unidades da Federação e 9 COHAB's atuam em 6 Estados). Foram selecionados 63 mil candidatos a financiamentos, totalizando 687 milhões de reais. O Governo vem identificando as principais dificuldades na operacionalização do Programa, relacionadas principalmente à escassez conjuntural da oferta de moradias legalizadas para populações de baixo poder aquisitivo e às exigências documentais, e adotando as providências adequadas, inclusive no que diz respeito à flexibilização dos prazos para utilização da carta de crédito, possibilitando, assim, o tempo necessário à regularização documental do imóvel a ser financiado.

Os recursos do Programa Carta de Crédito para 1996 foram substancialmente ampliados, atingindo 1,4 bilhão de reais, e beneficiando 110 mil famílias. Além dos valores já assegurados no âmbito do FGTS, o Governo ampliará o Programa para famílias com rendimentos até 20 salários mínimos, inclusive via captação de recursos externos e aperfeiçoamento das regras de aplicação do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo.

Ainda em relação aos programas habitacionais o Governo tem agilizado a implementação de linhas de ação já aprovadas pelo Conselho Curador do Fundo:

-
- a) regulamentação da Resolução nº 166 do CCFGTS, que objetiva o aproveitamento de terrenos e áreas com infra-estrutura existente, adquiridos com recursos do FGTS, permitindo a construção de 29 mil novas unidades habitacionais, envolvendo recursos da ordem de 364,5 milhões de reais em 1996; e
 - b) simplificação dos procedimentos operacionais da Resolução nº 169 do CCFGTS, que autoriza o FGTS a financiar a comercialização de unidades remanescentes de empreendimentos habitacionais concluídos, para, simultaneamente, assegurar o acesso a essas unidades pelos beneficiários pré-selecionados e propiciar o retorno mais rápido de outros empreendimentos já financiados ao mesmo empreendedor. Em 1995 foram financiadas 2.918 unidades, com recursos da ordem de 52,7 milhões de reais. No exercício de 1996, estão autorizados 47,3 milhões de reais para essa linha de ação.

Os recursos fiscais alocados para a área de habitação, no exercício de 1995, foram integralmente destinados a assegurar a execução dos compromissos assumidos na administração anterior. Deu-se continuidade, no âmbito do FEHAP - Fundo de Custeio de Programas de Habitação Popular - aos programas Habitar-Brasil e Morar Pequenas Comunidades, voltados para a produção de moradias, lotes urbanizados e urbanização de áreas degradadas. Foram assegurados recursos no valor de 91 milhões de reais para a execução de 41 empreendimentos conveniados, beneficiando 67,5 mil famílias.

Ademais, deu-se prosseguimento ao Programa de Difusão Tecnológica para a Construção de Habitação de Baixo Custo - PROTECH, que, mediante a construção de vilas tecnológicas, constituídas por conjuntos de cerca de 100 moradias populares, edificadas com tecnologias alternativas, visa demonstrar e possibilitar a avalia-

ção de diferentes processos de produção, gestão administrativa, sistemas de financiamento e parcerias que concorram para a produção de moradias de melhor qualidade e menor preço. Criado em 1993, o PROTECH prevê a implementação de 12 vilas tecnológicas das quais 2 encontram-se concluídas, 2 estão em fase de produção e 8 já foram objeto de licitação, envolvendo investimentos totais da ordem de 8,1 milhões de reais.

A proposta orçamentária para 1996 prevê, para habitação, recursos fiscais de cerca de 452,9 milhões de reais, alocados ao Programa de Melhoria das Condições Habitacionais em Áreas Urbanas e Rurais e ao Fundo de Custeio de Programas de Habitação Popular, que deverão beneficiar 330 mil famílias de baixa renda. Ambos os programas prevêem a utilização desses recursos não onerosos, conjugada à aplicação de recursos onerosos (do FGTS e de empréstimos externos), mediante uma política explícita de subsídios de caráter temporário, individual e inversamente relacionados à renda familiar.

Na área de Saneamento destacam-se, no âmbito do FGTS, o PRÓ-SANEAMENTO e o PRÓ-CONCLUSÃO.

O PRÓ-SANEAMENTO tem como principais áreas de atuação:

- o PROSANEAR, voltado exclusivamente para oferecer soluções integradas de abastecimento de água e esgotamento sanitário para população urbana de baixa renda;
- a ampliação dos níveis de oferta de água e esgotamento sanitário, com prioridade para a conclusão de obras que revertam em benefícios imediatos à população; e
- o desenvolvimento institucional, abrangendo ações destinadas a redução de custos e perdas e a melhoria da eficiência gerencial e operacional dos prestadores de serviço.

Para 1996 estão autorizados recursos de 1.142,7 milhões de reais para projetos enquadrados no PRÓ-SANEAMENTO, que, somados aos 20 contratos, beneficiando 33 municípios, já firmados em 1995, perfazem 1.178,7 milhões de reais, possibilitando o atendimento de 980 mil famílias.

O PRÓ-CONCLUSÃO é uma linha de ação especial, destinada a financiar a conclusão de obras de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e infra-estrutura urbana, cujas etapas anteriores haviam sido beneficiadas com recursos do FGTS. Têm prioridade os empreendimentos cuja execução possa ser feita no prazo máximo de doze meses. Em 1995, foram firmados 13 contratos no âmbito do Pró-Conclusão, com o valor global de 46,2 milhões de reais, que, somados aos 416,1 milhões de reais estimados para 1996, totalizam 462,3 milhões de reais. Com a conclusão de 31 obras previstas, espera-se beneficiar 543 mil famílias.

Além de lançar novos programas no âmbito do FGTS, o Governo reformulou sua atuação no Programa de Ação Social em Saneamento - PROSEGE, e aprofundou as ações do Programa Qualidade das Águas - PQA e do Programa de Modernização do Setor de Saneamento - PMSS.

O PROSEGE destina-se à realização de obras urbanas de esgotamento sanitário em comunidades de baixa renda, envolvendo 263 projetos em 215 municípios. No início do Governo, apenas 35% do total de recursos previstos para o PROSEGE (R\$ 500 milhões, dos quais 75% provenientes de contrato de empréstimo firmado entre a União Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento) haviam sido desembolsados. Implantou-se, a partir de julho/95, nova sistemática, que possibilitou a regularização do fluxo de pagamentos, a retomada das obras e uma fiscalização mais eficiente. Assim foram aplicados 127,6 milhões de reais, possibilitando a conclusão de 67 obras em 1995, que implantaram 1.100 km de redes coletoras e

96.500 ligações domiciliares. Prevê-se a conclusão das demais obras ao longo do exercício de 1996, significando 6.450 km adicionais de redes coletoras e 588.600 novas famílias beneficiadas, através de ligações domiciliares.

O Programa Qualidade das Águas objetiva apoiar técnica e financeiramente a elaboração de programa de investimentos destinado ao saneamento ambiental urbano, em bacias hidrográficas altamente comprometidas. Iniciou-se, em 1995, a implementação do Projeto nas bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (SP) e estão em fase de formulação os projetos das bacias dos Rios Paraíba do Sul (MG, SP e RJ) e Capibaribe, Beberibe e Jaboatão (PE).

O Programa de Modernização do Setor de Saneamento visa promover a reestruturação da prestação dos serviços de saneamento, em um ambiente de crescente flexibilidade institucional, decorrente inclusive dos efeitos, sobre o setor, da nova lei de concessões públicas. Sua estratégia é criar bases para o financiamento de investimentos sustentados em saneamento, associados a programas de reformas institucionais e de regulação. Dentre as principais ações realizadas pelo componente institucional do PMSS, em 1995, destaca-se a assistência técnica dada a Estados e prestadores de serviços, especialmente:

- na elaboração de legislação para regular as empresas prestadoras de serviços;
- na elaboração de normas e regulamentos voltados às relações contratuais para essa prestação; e
- na recuperação destas empresas, mediante a revisão de suas estruturas tarifárias, a redução de suas perdas físicas e financeiras e suas reorganizações institucionais.

Os resultados positivos do PMSS têm gerado uma expressiva demanda de participação, por parte de diversos Estados e Municípios não contemplados pelo componente de investimentos do Programa,

que abrangia, como projetos-piloto, experiências de modernização institucional em doze companhias de saneamento estaduais e investimentos nas companhias de água e esgoto da Bahia, do Mato Grosso do Sul e de Santa Catarina. Para fazer face a essas expectativas, o Governo está tomando as providências para ampliar o escopo do programa para 14 Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de créditos externos, envolvendo recursos da ordem de 300 milhões de dólares.

A proposta orçamentária de 1996, a par do orçamento específico da Fundação Nacional de Saúde, previu recursos da ordem de 332 milhões de reais para saneamento, destinados a atender 257 mil domicílios de baixa renda, localizados em municípios selecionados pelo Programa Comunidade Solidária e pelo Programa de Redução da Mortalidade na Infância, do Ministério da Saúde. Tal montante será aplicado no Programa de Ação Social em Saneamento - PASS, de caráter flexível e descentralizado, cuja formulação, acompanhamento e avaliação está a cargo de grupo de trabalho integrado pelo Ministério do Planejamento e Orçamento, pelo Ministério da Saúde, pela Caixa Econômica Federal e pelo Programa Comunidade Solidária. O PASS, além de expressar os princípios de flexibilidade, parceria com a sociedade, transparência e execução descentralizada, demonstra com perfeição a diretriz governamental de articular ações setoriais de órgãos federais que, antes, atuavam de forma dispersa e pulverizada.

Em síntese, o conjunto de ações do Governo Federal nas áreas de habitação e saneamento totalizarão, em 1996, aplicações superiores a 4 bilhões de reais, incluindo recursos fiscais, do FGTS e provenientes de créditos externos.

A reformulação dos programas de habitação e saneamento é apenas uma faceta da nova orientação que o Governo Federal vem emprestando à condução da política urbana. Uma outra vertente de

atuação concentra-se na redefinição do arcabouço jurídico-institucional da área de desenvolvimento urbano.

Nesse contexto, o Governo vem negociando, junto à Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior da Câmara dos Deputados e mais de 20 entidades representativas dos setores ligados à política urbana, anteprojeto de lei que dispõe sobre a política nacional de desenvolvimento urbano. A proposição define os princípios, as diretrizes gerais e as fontes de financiamento da política; as competências e as relações das três esferas de governo; as formas de participação dos cidadãos na formulação, acompanhamento e avaliação da política; cria, ainda, o Conselho Nacional de Política Urbana, prevendo ampla participação das demais esferas de governo e de entidades representativas da sociedade civil.

O Governo Federal tem, por outro lado, interagido de forma constante com a sociedade civil, no sentido de definir o posicionamento do país frente à II Conferência das Nações Unidas para Assentamentos Humanos - Habitat II. Deste modo, o Plano de Ação Nacional, além de consentâneo com os objetivos, estratégias, diretrizes e metas do Governo para o setor urbano, refletirá a intensa cooperação com os setores mais representativos da sociedade, no campo do planejamento urbano, da habitação, do saneamento, do meio ambiente e dos transportes urbanos.

IV - GESTÃO PÚBLICA

Coordenação Governamental

A formulação de uma estratégia nacional consistente e de longo prazo e a elaboração, coordenação e supervisão de planos, programas e ações do Governo delineiam o panorama da gestão pública em 1995. A função de Coordenação Geral foi fortalecida na administração pública federal. Com tal finalidade, a nova estrutura do Executivo comporta, em sua cúpula, o Conselho de Governo. Nesse foro, composto pelo Presidente da República e pelos Ministros de Estado, são debatidas as grandes diretrizes da ação governamental.

Para imprimir coerência e objetividade ao trato de assuntos específicos, que dependem de ação integrada, foram criadas as Câmaras do Conselho de Governo, onde as políticas públicas são debatidas, permitindo que as decisões levem em conta a diversidade de abordagem e atuação dos diferentes órgãos.

Foram criadas as Câmaras de Política Econômica, de Políticas de Infra-Estrutura, de Políticas Regionais, de Políticas de Recursos Naturais, de Comércio Exterior, de Reforma do Estado e de Política Social.

Reforma e Modernização do Estado

É imperativa a reforma e modernização do Estado. O acúmulo de distorções ao longo dos últimos anos levou a um esvaziamento da capacidade de gestão da administração pública, em todos os seus níveis.

O Plano Diretor da Reforma do Estado, elaborado em 1995, define projetos para o aumento de sua capacidade de gestão, pautados nos princípios da administração pública gerencial: foco no cidadão, reorientação dos controles para resultados e flexibilidade de gestão.

Com esse objetivo, foram encaminhadas ao Congresso Nacional propostas de emendas à Constituição e projetos de lei relativos à reforma administrativa, ao desligamento de quadros por necessidade da administração pública e ao regime de previdência social do servidor público.

Na área de Recursos Humanos, as ações direcionaram-se para a correção de desvios e a valorização, treinamento e desenvolvimento profissional do servidor público. Foi implantado sistema de auditoria na folha de pagamentos dos servidores públicos civis. No caso das Instituições Federais de Ensino Superior, o resultado imediato dessa auditoria foi a redução dos gastos com o pagamento do pessoal do Ministério da Educação e de suas entidades vinculadas em cerca de 40 milhões de reais mensais.

Relações Exteriores

Em política externa, a continuidade é elemento essencial da credibilidade dos países. Assim, o objetivo de ampliar a inserção do País na ordem mundial, fixado no início do mandato, prossegue com

determinação e vem recebendo acolhida na comunidade internacional.

O Brasil participou ativamente, em 1995, dos acontecimentos mais significativos do cenário internacional. Atuou no Grupo de Trabalho da Assembléia Geral sobre Ampliação e Reforma do Conselho de Segurança da ONU, para que a nova configuração daquele órgão venha a proporcionar-lhe maior representatividade, legitimidade e eficácia. Enviou contingentes militares, policiais e civis para várias operações de paz das Nações Unidas, na América Central, na Europa e na África. Consolidou seus compromissos com o regime de não-proliferação de armas de destruição em massa na Conferência do Desarmamento, onde continuou propugnando pela conclusão do Tratado de Proscrição de Testes Nucleares e do Tratado para a Proibição da Produção de Materiais Físseis para Armas Nucleares. Nesse mesmo sentido, participou do grupo "ad hoc" da Convenção para a Proibição de Armas Biológicas e ingressou, por aclamação, na qualidade de participante e membro pleno do Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR). Na esfera regional, esteve presente, pela primeira vez como membro pleno, nos trabalhos da Conferência Geral do Organismo para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e Caribe - OPANAL.

A capacidade de gerar consensos da diplomacia brasileira evidenciou-se mais uma vez na Cúpula Mundial de Copenhague para o Desenvolvimento Social e na IV Conferência sobre a Mulher. O Brasil foi eleito por aclamação para órgãos das Nações Unidas como as Comissões de Direitos Humanos, de População e Desenvolvimento, de Entorpecentes e sobre a Situação da Mulher.

No âmbito da segurança hemisférica, destacam-se a atuação do Brasil para facilitar a solução do diferendo fronteiriço entre o Equador e o Peru, e as participações na Reunião Ministerial de Defesa de Williamsburg e na Conferência Regional de Santiago sobre

Medidas de Fortalecimento da Confiança e Segurança. O reconhecimento internacional de nossa atuação nesse campo é ilustrado pela escolha do representante do Brasil junto à OEA para a Presidência da Comissão de Segurança Hemisférica.

Em matéria econômica, a diplomacia brasileira empenhou-se em contribuir para a consolidação da Organização Mundial de Comércio, de maneira a preservar e fortalecer o sistema multilateral de comércio, garantindo a vigência de regras mais equilibradas e claras para o comércio de bens e serviços e para os aspectos comerciais de investimentos e de propriedade intelectual.

Vários passos foram dados no sentido da integração regional e interregional. No contexto da implementação das decisões da Cúpula das Américas o Brasil coordenará o tema Democracia e Direitos Humanos. Foi criado Grupo Interministerial de Implementação das Decisões da Cúpula das Américas, para acompanhar o cumprimento daquelas decisões e coordenar as ações pertinentes do setor público brasileiro.

Visitas presidenciais foram feitas ao Chile, à Venezuela, ao Uruguai, ao Peru e à Argentina. Em dezembro de 1995, foi assinado o Acordo-Quadro Inter-Regional de Cooperação Econômica e Comercial entre o MERCOSUL e a União Européia. A visita presidencial a Pequim contribuiu para estreitar mais o já denso relacionamento entre o Brasil e a China. A visita à Malásia foi a primeira de um Chefe de Estado brasileiro àquele País, de crescente importância no cenário econômico internacional.

Neste ano o Brasil participará da Conferência de Istambul (HABITAT II) e da Conferência Mundial da Alimentação, na sede da FAO, e prosseguirão os esforços para a plena implementação, na Organização Mundial do Comércio, dos acordos da Rodada Uruguai. No contexto do hemisfério, dar-se-á prioridade à consolidação do

MERCOSUL, cuja presidência caberá ao Brasil no segundo sémestre deste ano.

Planejamento Governamental e Orçamento

As diferentes reformas desencadeadas pelo Governo e o novo padrão de financiamento do desenvolvimento requerem que as tarefas de Estado sejam tratadas com rigor técnico, e bem planejadas e executadas. Paralelamente é preciso submetê-las a acompanhamento e avaliações permanentes, a fim de elevar a racionalidade na administração dos recursos públicos e maximizar os benefícios decorrentes de sua aplicação.

A estruturação e o aperfeiçoamento do Sistema Federal de Planejamento é passo fundamental nesse caminho, para capacitar a administração pública, de um lado, para orientar as ações na direção das prioridades e diretrizes estabelecidas e, de outro, para indicar as oportunidades de desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, o processo adotado na elaboração do Plano Plurianual 1996-1999 abandona as ações pontuais e as substitui pela orientação estratégica dos investimentos, com identificação dos eixos nacionais de desenvolvimento — fundamentados na geografia física, econômica e humana do País. Estão sendo implementados instrumentos de acompanhamento e avaliação das ações do Governo e dos gastos públicos, que deverão contribuir para aproximar planejamento, orçamento e execução das ações públicas.

A execução do Orçamento de 1995 exigiu grande esforço em busca do equilíbrio fiscal. Medidas de austeridade e de controle dos gastos da União e das empresas estatais foram adotadas, reduzindo-se o déficit a menos de 1 % do PIB, embora as despesas com pessoal e os juros da dívida tenham crescido o equivalente a cerca de 2 % do PIB durante o ano.

Esse conjunto de providências possibilitou economia de gastos da ordem de 8,8 bilhões de reais que, conjugada ao aumento de receitas de 1,1 bilhão de reais, totalizou um ajuste de 9,9 bilhões de reais, suficiente para permitir o equilíbrio das contas do Governo, não fora o crescimento das despesas com pessoal e juros acima das estimativas iniciais.

O Projeto de Lei Orçamentária para 1996 levou em consideração a austeridade necessária ao equilíbrio das contas públicas e incluiu despesas cuja execução está condicionada à aprovação de projetos de lei enviados ao Congresso. Procurou-se, entretanto, resguardar as áreas que devem receber tratamento privilegiado quanto ao aporte de recursos: saúde, educação, transporte, reforma agrária e ações do Programa Comunidade Solidária.

Na busca do equilíbrio fiscal foram alocados recursos para pagamento de 4,7 bilhões de reais de juros da dívida pública, a fim de evitar que o Tesouro Nacional tenha que lançar títulos para fazer face a essa despesa. Entretanto, para garantir o equilíbrio fiscal no curto prazo foi ainda necessário propor a prorrogação do Fundo Social de Emergência - agora Fundo de Estabilização Fiscal, que recebeu positiva acolhida do Congresso Nacional.

Pretende-se, para 1996, o aprimoramento do processo orçamentário desde sua elaboração até o acompanhamento da execução das despesas. Os objetivos são organizar o sistema orçamentário da União articulado com o sistema de planejamento governamental, facilitando a integração dos programas com a alocação efetiva de recursos; aprofundar a integração com todos os agentes intervenientes; e reestruturar a elaboração e a execução do orçamento federal, com vistas ao seu melhor gerenciamento.

Financiamento do Desenvolvimento

Durante 1995 o Governo realizou apreciável esforço para recompor fontes de financiamento a longo prazo para a infra-estrutura e as atividades produtoras de bens e serviços. Com a dinamização dessas fontes de recursos será possível viabilizar o aumento necessário da taxa de investimentos da economia.

Tal esforço concentrou-se em duas direções: a) reorganização e dinamização do BNDES e do BNB ; e b) estabelecimento de um novo patamar de relacionamento e cooperação junto aos Organismos Multilaterais/Regionais de Financiamento: Banco Mundial - BIRD, Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, Corporação Andina de Fomento - CAF e Fundo de Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA e às Agências Bilaterais de Financiamento Externo: EXIMBANK e OECF do Japão, KFW da Alemanha e outras.

A atuação mais ativa dos bancos de desenvolvimento pode ser dimensionada pelos seus principais indicadores. Os desembolsos feitos pelo BNDES em 1995 totalizaram 7,1 bilhões de reais, com um crescimento de 47% em comparação aos 4,8 bilhões reais desembolsados no ano anterior. Daquele total, cerca de 3,2 bilhões de reais destinaram-se a investimentos; 3,4 bilhões à comercialização de máquinas e equipamentos (por meio de liberações da Finame, agência do BNDES); e cerca de 564 milhões de reais ao mercado de capitais, por intermédio da BNDES Participações (Bndespar). Esse crescimento das aplicações do Banco indica que o empresariado continua investindo para ampliar a capacidade de produção, modernizar suas companhias e obter maior competitividade interna e externa.

Os pedidos de financiamento (cartas-consulta) recebidos em 1995 somaram 15,8 bilhões de reais - um crescimento de 31 % em

relação ao ano anterior (12,1 bilhões de reais). Os enquadramentos (pedidos já acolhidos e considerados passíveis de obtenção de financiamento) alcançaram em 1995 o total de 13,4 bilhões de reais, o que significou um aumento de 52% em relação ao ano anterior.

Dos financiamentos aprovados em 1995, no total de 9,0 bilhões de reais, 5,3 bilhões destinaram-se à indústria, 2,6 bilhões ao setor de comércio e serviços, 895 milhões à agropecuária e 128 milhões à extração mineral. Na indústria, os segmentos que mais obtiveram crédito foram o de alimentos e bebidas, com 1,3 bilhão de reais; metalurgia, com 573 milhões; e química, com 500 milhões. No ramo de serviços, destacaram-se os segmentos de transporte terrestre, com 895 milhões de reais; energia elétrica e gás, com 709 milhões; e transportes aquaviário, com 202 milhões.

Para o ano de 1996 o orçamento de aplicações do BNDES é de 11,3 bilhões de reais, com um crescimento de 59% em comparação com o montante aplicado em 1995. Desse total, está prevista a aplicação de 5,6 bilhões de reais na indústria (metalurgia, mecânica, química, têxtil, papel/papelão, agroindústria e outros setores); 3,8 bilhões de reais na infra-estrutura (energia, transportes, construção etc.); 750 milhões na agropecuária; 520 milhões em serviços; e o restante em outros segmentos.

Com relação à atuação do BNB, principal agente financeiro do Governo Federal no Nordeste, importa registrar que respondeu, em 1995, por 43% do volume total de recursos destinados ao financiamento do setor produtivo nordestino. Suas aplicações totais alcançaram 4,9 bilhões de reais, dos quais 85% (4,2 bilhões) em financiamentos de longo prazo, concedidos aos setores rural (1,7 bilhões), industrial (1,4 bilhões) e de infra-estrutura (1,1 bilhão). Os 15% restantes foram aplicados em financiamento para capital de giro e câmbio. Ressalte-se a importância do FNE na carteira de projetos com financiamentos de longo prazo do BNB.

O BNB tem sido ativo na diversificação de suas fontes de recursos para expandir a oferta de crédito de longo prazo para o Nordeste. Nessa linha de ação já conta com recursos do BID (400 milhões de dólares) para fazer face aos investimentos em infra-estrutura turística - PRODETUR; e recursos da Japan International Corporation Agency - JICA (80 milhões de dólares), no âmbito do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados - PRODECER III. Além disso, pela primeira vez obteve recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (130 milhões de reais), para aplicar em programa de geração de emprego e renda, e foi ao mercado financeiro internacional captar 50 milhões de dólares, para aplicar no custeio e comercialização do setor rural.

Em 1996 o BNB deverá alavancar 2,6 bilhões de reais, compreendendo recursos do FNE (990 milhões de reais), do FAT (300 milhões de reais), de repasses do BNDES (250 milhões de reais), do lançamento de Eurobônus no exterior (500 milhões de dólares), do BID: linha de crédito de 200 milhões de dólares para os setores industrial e agro-industrial, e financiamento de 250 milhões de dólares para o setor de saneamento, além de linha de crédito do EXIMBANK da Coréia (100 milhões de dólares) para importação de máquinas e equipamentos.

No tocante ao relacionamento do País com os bancos multilaterais de desenvolvimento, o ano de 1995 foi também profícuo. Para tanto, foi fundamental o sucesso do plano de estabilização, que além de maior previsibilidade e segurança, deu aos bancos confiança para lançar programação mais ambiciosa. Assim, foi estabelecido novo patamar de relacionamento e cooperação, compatível com o atual quadro macroeconômico do Brasil e com nossas demandas de desenvolvimento. Com as principais instituições multilaterais, BIRD e BID, foi possível ajustar diretrizes e políticas globais de cooperação, estabelecendo-se a programação de uma média anual de até US\$

2 bilhões de dólares para cada um daqueles organismos no período 1995-97.

Outro desdobramento relevante e que acentua a prioridade do Governo na busca de fontes de recursos para financiar o desenvolvimento do País é a filiação do Brasil à Corporação Andina de Fomento - CAF, com a assinatura do Convênio de Subscrição de Ações e Acordo Sede. A filiação do Brasil à CAF permite antever diversas e promissoras áreas de cooperação, todas relacionadas a projetos de integração com os países andinos.

O primeiro projeto do País com esse Organismo será o da Rodovia BR-174 Manaus-Caracaraí, que prevê a pavimentação de 594 km; construção de 43 pontes; construção da ponte sobre o Rio Branco (700 metros de extensão) e construção de 4 pontes no trecho já pavimentado, entre Boa Vista e o Marco BV-8, na fronteira do Brasil com a Venezuela. O principal objetivo é permitir a comunicação permanente entre os Estados do Amazonas e Roraima e com a Venezuela.

Ainda em relação aos organismos financeiros subregionais, estreitamos nossa relação com o FONPLATA e estamos buscando mecanismos para reforçar aquele organismo, permitindo-lhe aumentar sua capacidade de financiamento e ampliar seu espaço de atuação.

No âmbito das instituições bilaterais, merece atenção a reabertura da cooperação financeira com o Japão (EXIMBANK japonês, suspenso desde 1992). Nesse sentido, o EXIMBANK já oficializou a abertura de todo seu leque de opções de financiamento ao Brasil, dispensando o requisito, previamente exigido, de acordo "stand-by" com o FMI, num reconhecimento do êxito do processo de estabilização macroeconômica no Brasil. No biênio 1995-96, prevê-se a contratação de recursos da ordem de 1,5 bilhão de dólares de agências bilaterais (EXIM-JP, OECF-JP, KfW-Alemanha e FOCOEX-Espanha), vinculados a projetos de investimentos. Em 1995, foram

contratados 5 projetos com o EXIMBANK-JP, OECF-JP e KfW-Alemanha, totalizando 788 milhões de dólares.

Para 1996, busca-se estruturar uma carteira que requeira aporte reduzido de contrapartida local, de forma a fazer face às restrições orçamentárias existentes, tanto no âmbito federal como estadual. Assim, serão privilegiados os contratos com co-financiamento, nos quais os recursos aportados por uma agência são entendidos como contrapartida pelas demais. Deve-se destacar, nesse sentido, projetos para a saúde e a reforma e recuperação de rodovias. Os recursos do Banco Mundial e do BID passarão também a ser utilizados para reforma e modernização da administração dos Estados, como apoio ao processo de estabilização fiscal em que vários já se engajaram.

Em 1996, serão alcançados níveis significativos de contratação junto às agências oficiais do Japão. A próxima visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso àquele país deverá selar negociações bem sucedidas que se desenvolveram no decorrer de 1995 e que permitirão atingir um patamar de financiamento japonês compatível com a dimensão dos dois países e com a qualidade de nosso relacionamento.

Cumpre registrar que a Comissão de Financiamentos Externos - COFIEX, que estabelece as prioridades do País para a captação de recursos externos oficiais, reaberta em maio de 1995, após dez meses de fechamento, examinou 72 novas operações, com valor total de empréstimo de 9,4 bilhões de dólares (em 1994, haviam sido examinados 30 projetos, no valor de aproximadamente 3 bilhões de dólares).

Desenvolvimento Regional

As ações do Governo, em 1995, foram guiadas pelo princípio de que o desenvolvimento das regiões deve ser tratado sob uma ótica

nacional. Neste sentido, não existe uma questão nordestina, ou uma questão amazônica; mas as necessidades do desenvolvimento nacional, regionalmente localizadas. Esta nova concepção está consolidada na proposta do Plano Plurianual 1996-1999, que o Governo elaborou e enviou ao Congresso Nacional. Neste documento, a redução dos desequilíbrios espaciais e sociais aparece como uma das três estratégias básicas para a ação do governo nos próximos quatro anos.

Na implementação dessas estratégias, o conceito de eixos nacionais de desenvolvimento desempenhará um papel central. Foram identificados sete eixos nos quais se concentrarão os investimentos federais em infra-estrutura: o Norte-Sul, a fim de facilitar o escoamento da produção do cerrado setentrional; o Oeste, para consolidar o desenvolvimento das áreas de expansão recente da fronteira agrícola; o Nordeste, voltado para a integração desta região ao processo de desenvolvimento econômico e social do País; o Sudeste, para a adequação da infra-estrutura viária e portuária; o Sul, visando ajustar as malhas de transporte intermodais à melhoria da articulação entre o Sudeste e o Sul; o do Caribe, para consolidar a integração do País com os mercados do Caribe e do Atlântico Norte; e o eixo do Pacífico, que visa facilitar a integração do Brasil com países da costa oeste da América e com os demais países do Pacífico.

Em adição às suas ações estruturadoras, concentradas nos eixos de integração, e ao apoio decisivo às regiões menos desenvolvidas nas áreas de turismo, de recursos hídricos e de saneamento e habitação, o Governo encaminhará propostas de reforma das instituições e dos instrumentos da política regional (especialmente Sudene, Sudam, Suframa, DNOCS e Codevasf; incentivos fiscais e fundos constitucionais de financiamento), para melhor equipá-los aos desafios do desenvolvimento equilibrado. Essas propostas estão sendo conduzidas no âmbito das discussões da reforma do Estado e serão

elaboradas em estreita colaboração com os organismos regionais diretamente envolvidos.

Através dos fundos constitucionais de financiamento, o Governo Federal destinou, em 1995, recursos fiscais de 1 bilhão de reais para o apoio ao investimento privado no Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Ao FNE (Fundo de Financiamento do Nordeste) coube a parcela de 646 milhões de reais e ao FCO (Fundo de Financiamento do Centro-Oeste) e ao FNO (Fundo de Financiamento do Norte) montantes iguais de 215 milhões de reais. Os incentivos fiscais de caráter regional, especialmente o FINOR (Fundo de Investimentos do Nordeste) e o FINAM (Fundo de Investimentos da Amazônia), canalizaram para estas duas regiões, em 1995, 717 milhões de reais, sendo que 361 milhões foram liberados para o Nordeste e 355 milhões para a Amazônia. Somando-se estes fundos a outras transferências importantes (como as incorporadas aos fundos de participação dos Estados - FPE - e dos Municípios - FPM), foi mantida, neste último ano, a tendência histórica do Governo Federal (incluindo as empresas estatais) de gastar nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, cerca de duas vezes mais do que ali arrecada, na forma de tributos, no caso do Governo propriamente dito, e de receitas pela venda de seus produtos, no caso das empresas.

Para 1996, a proposta orçamentária encaminhada ao Congresso prevê transferências substancialmente maiores de recursos fiscais para as regiões menos desenvolvidas: 815 milhões de reais para o FINAM; 652 milhões de reais para o FINOR; 330 milhões de reais para o FNO; 990 milhões de reais para o FNE e 330 milhões de reais para o FCO, somando no total mais de 3,1 bilhões de reais para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Deve ser destacada, também, a atuação do Governo Federal em projetos envolvendo recursos externos, captados junto às instituições multilaterais de crédito, em favor das regiões de menor desen-

volvimento. No ano passado, estavam em execução no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, projetos de investimento com recursos externos diretamente contratados ou avalizados pelo Governo Federal, num valor global de 7,8 bilhões de dólares. No Nordeste esses projetos totalizam investimentos de 6,3 bilhões de dólares e no Norte de 800 milhões de dólares. Merecem menção, no Norte, o programa Planafloro (Programa Agro-Pecuário e Florestal do Estado de Rondônia), orçado em 228 milhões de dólares; no Nordeste, os programas de irrigação, totalizando 451 milhões de dólares; e, no Centro-Oeste, o Prodeagro (Programa de Desenvolvimento Agro-Ambiental do Estado de Mato Grosso), com valor total de 285 milhões de dólares.

Além dos aspectos acima abordados, o Governo Federal, preocupado com a revitalização da economia do Estado do Rio de Janeiro — dada sua importância para a imagem do País no exterior e o impacto positivo de sua recuperação para o País como um todo — criou, em março, o Conselho Coordenador das Ações Federais no Estado do Rio de Janeiro.

Esse Conselho e seus Grupos Executivos atuaram no sentido de viabilizar, com a participação da iniciativa privada, três grandes projetos de desenvolvimento naquele Estado: Porto de Sepetiba, Teleporto e Aproveitamento de Gás e Petróleo de Campos. Várias ações, nesse quase um ano de existência do Conselho, foram deflagradas, cabendo destacar: a) início da dragagem do Porto de Sepetiba; b) licitação para concessão ao setor privado de um terminal de exportação de minérios no Porto; c) Convênio BNDES/CDRJ para apoio aos investimentos no Porto; d) Transferência da sede da Telerj para o Teleporto; e) garantia, em 1996, de investimentos na TELERJ no valor de 1,3 bilhões de reais; e f) autorização para a Petrobrás participar em empresa petroquímica privada para produção de 300.000 t/a de eteno.

V - CIÊNCIA E TECNOLOGIA

As mudanças em curso nos cenários nacional e internacional exigem um forte ajuste na infra-estrutura de pesquisa do País, em razão do ritmo de incorporação do progresso técnico aos processos produtivos, da difusão de novas formas de organização e gestão dos negócios e da redefinição das estratégias de competição entre as empresas.

O esforço do Governo está voltado para reforçar as atividades de C&T no processo de desenvolvimento sócio-econômico, mediante a difusão e a introdução de inovações nas cadeias produtivas, além da ampliação do acesso de uma parcela maior da população aos benefícios resultantes da pesquisa.

Os dispêndios em C&T permanecem em torno de 0,7% do PIB, dos quais cerca de 90% realizados pelo setor público e apenas 10% pelo setor privado, sendo muito aquém do padrão observado nos países desenvolvidos, cujo nível médio de investimentos no setor oscila entre 2,5% e 3% do PIB, com uma contribuição do setor privado de pelo menos 50% do investimento global.

Para reverter esse quadro, o Governo passou a estimular a maior participação do setor privado, por meio dos incentivos fiscais aos programas de desenvolvimento tecnológico da agropecuária e da indústria (PDTA/PDTI). Esse esforço surtiu efeito. Em 1995, para cada R\$ 1,00 de renúncia fiscal concedida pelo Governo, as empresas

investiram R\$ 3,41. O número de empresas incentivadas para a realização de projetos de desenvolvimento tecnológico deverá crescer ainda mais em 1996. O Governo reservou montante expressivo de renúncia fiscal e espera atingir, ao final do ano, uma participação do setor privado entre 15 % e 20 % do total dos dispêndios em C&T.

Do lado do investimento público registram-se, também, avanços significativos. Foi prorrogada a Fase II do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - PADCT e iniciadas negociações para a contratação da Fase III, num montante de 600 milhões de dólares, sendo 300 milhões do Banco Mundial. O Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID efetuará empréstimo de 160 milhões de dólares, para um total de 320 milhões a serem aplicados no horizonte de 36 meses no Programa de Ciência e Tecnologia.

O esforço conjunto que o setor público e a iniciativa privada vêm realizando por meio do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade - PBQP e do Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria - PACTI resultou na adoção mais intensa de programas de qualidade e de inovação por parte do empresariado brasileiro e no crescimento significativo de empresas e produtos certificados com base nas normas ISO-9000.

Para elevar o nível médio de capacitação tecnológica das empresas e suprir deficiências decorrentes da baixa escolaridade e qualificação da mão-de-obra, foi desenvolvido o Programa de Educação para a Competitividade - PROEDUC, cujo objetivo é financiar projetos para o desenvolvimento, qualificação e aperfeiçoamento de trabalhadores.

A fim de ampliar a capacitação tecnológica do setor industrial, criou-se o Programa Brasileiro de Design, estruturado a partir de uma parceria envolvendo mais de 150 entidades, entre associações representativas de segmentos industriais, centros de pesquisa, uni-

versidades e setor público, e o esforço de modernização da regulamentação técnica, que afeta diretamente a comercialização de bens e serviços.

Na infra-estrutura de pesquisa, o Governo está iniciando um dos principais programas para a área: os Núcleos de Excelência em Ciência e Tecnologia. O objetivo é fortalecer um conjunto seletivo de centros ou grupos de pesquisa, com renomada capacidade técnico-científica, para desenvolver projetos de maior complexidade em áreas consideradas vitais para o País.

Importante, no âmbito legislativo, foi a regulamentação da exploração de bens sensíveis e serviços diretamente vinculados, aprovada na Lei nº 9.112, que dota o País de normas para o comércio de bens passíveis de aplicação bélica, passo importante para facilitar a transferência de tecnologias sensíveis.

Novos avanços são ainda requeridos. Estão em pauta os projetos de lei relativos à criação do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, à proteção da propriedade intelectual de programas de computadores, à proteção da propriedade industrial e aos benefícios fiscais para a área de C&T. A emenda constitucional que permite contratar técnicos, professores e cientistas estrangeiros amplia a capacitação de recursos humanas para a pesquisa.

Essas medidas trazem uma expectativa favorável de ampliação da competência técnico-científica instalada no País, com a intensificação dos programas de cooperação e intercâmbio internacional. Contribuição importante nesse sentido virá da autonomia administrativa e financeira das universidades e instituições de pesquisa e da aprovação da lei de patentes, harmonizando a legislação brasileira ao modelo de proteção industrial prevalecente nos países desenvolvidos.

Na área espacial, a aprovação da Política Nacional de Desenvolvimento de Atividades Espaciais e a elaboração do Programa Nacional de Atividades Espaciais deverão colocar, ao alcance de

todos, melhores comunicações, melhor conhecimento e monitoramento do território brasileiro, contribuindo para as tarefas de preservação do meio ambiente. Foi concluída a construção do segundo Satélite Brasileiro para Coleta de Dados (SCD-2), a ser lançado em 1996.

No desenvolvimento da tecnologia nuclear, a estreita cooperação entre os órgãos e institutos de pesquisa do setor vem possibilitando ao País participar do seletivo mercado internacional de urânio enriquecido. Nesse campo, foram revigoradas as atividades de pesquisa e desenvolvimento para o completo domínio do ciclo do combustível nuclear e o aprimoramento da capacidade tecnológica para a construção de usinas termonucleares.

Iniciou-se a implantação do Sistema Nacional de Averiguaçāo de Eventos Radiológicos e intensificou-se a atuação do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro, para garantir o perfeito funcionamento e a segurança do pessoal, a proteção à população e ao meio ambiente. A CNEN - Comissão Nacional de Energia Nuclear prosseguiu em sua missão de potencializar os resultados da pesquisa nuclear para uso civil, como fonte de eletricidade, na medicina e na saúde, na melhoria de processos industriais, na observação e no cuidado com o meio ambiente e na preservação dos alimentos.

Os estudos de tempo e clima, importantes para a agropecuária e a prevenção de acidentes graves e de grandes proporções, foram fortalecidos com a entrada em operação do Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos - CPTEC.

A Rede Nacional de Pesquisa - RNP, cujo objetivo é a implantação e disseminação de redes do tipo Internet no Brasil, concentrou sua ação na constituição de uma malha de conexões interligando todos os Estados do País, a velocidades compatíveis com a imensa demanda a ser atendida. Já estão interligadas entre si e aos EUA nove capitais brasileiras.

VI - MEIO AMBIENTE

A atuação do Governo nessa área compreende a ampliação do conhecimento dos nossos recursos naturais, o aperfeiçoamento dos modelos de gestão e monitoramento do meio ambiente, bem como o planejamento e a implantação do ordenamento territorial. Procura-se tratar as questões do meio ambiente não apenas como atividade setorial mas, principalmente, como dimensão importante do desenvolvimento brasileiro.

Na área internacional, o Governo passou a adotar uma atitude afirmativa e clara sobre os temas do meio ambiente: a divulgação dos avanços com relação ao controle das queimadas e do desmatamento, a demarcação de terras indígenas e a proteção da Amazônia.

O resultado foi a criação de condições favoráveis à mobilização de recursos externos, que, em 1995, alcançaram 220 milhões de dólares norte-americanos em programas do Fundo Mundial do Meio Ambiente. Esses recursos, embora já outorgados, permaneciam inacessíveis por força da desconfiança dos principais doadores.

O Governo empenhou-se no cumprimento dos compromissos externos e internos relacionados à Agenda 21, aprovada na Cúpula da Terra, a RIO 92. A Agenda 21 Nacional compõe-se de um sistema integrado de planejamento para a execução de uma política equilibrada de preservação ambiental.

Atitudes pragmáticas e realistas permitiram ultrapassar a animosidade entre ambientalistas e setor produtivo, iniciando um novo ciclo baseado na negociação e no entendimento. Exemplos a respeito são a implantação do Protocolo Verde, dispositivo institucional que introduz a variável ambiental como critério relevante nas decisões de política econômica; o lançamento do cartão de crédito Cartão Verde, em parceria com o Banco do Brasil; e o envolvimento do setor produtivo na prática do uso sustentável dos recursos naturais.

As políticas de descentralização e de desenvolvimento sustentado tornaram necessário ampliar os conhecimentos técnicos e científicos sobre o oceano e a pesca, sobre a realidade ambiental urbana e o potencial de uso dos recursos naturais e dos recursos hídricos. Com essa finalidade instituiu-se o incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento do conhecimento científico, à divulgação de trabalhos técnicos, à geração e adaptação de tecnologias para uso sustentado dos recursos ambientais, e às atividades de monitoramento e acompanhamento das transformações do meio ambiente.

A definição da Política Integrada para a Amazônia Legal, instrumento que envolve os governos estaduais e as lideranças civis da região, constitui importante ação em proveito da região amazônica. A celebração do Pacto dos Governadores foi um passo significativo no esforço de se produzir um consenso em torno do modelo de desenvolvimento sustentável para a região.

VII - INFRA-ESTRUTURA

TRANSPORTES

Uma das principais prioridades da atuação do Governo nessa área é a redistribuição de encargos de gestão da malha viária entre a União e os Estados, com a participação de capitais privados na realização dos investimentos e na gestão dos serviços. Esta é condição necessária para a superação dos problemas de degradação das estruturas físicas e perda de eficiência operacional da área de transportes, particularmente afetada pela redução da capacidade de investimentos do setor público.

Nesse sentido, foram abertos canais de comunicação com o setor privado, no sentido de intensificar sua participação na operação, manutenção e ampliação da infra-estrutura, colocando-se em prática medidas de descentralização, desregulamentação, privatização e concessão de serviços públicos.

Paralelamente, o novo Sistema Nacional de Viação, estruturado no Projeto de Lei nº 1.176/95, em tramitação no Congresso Nacional, modifica a jurisdição atual do sistema nacional de transporte, especialmente o rodoviário. Como consequência, inicia-se o Programa de Descentralização de Rodovias Federais Pavimentadas, com vistas à recuperação e à restauração de 13.000 km de rodovias para transferência aos Estados. Estão em estágio avançado negociações

com organismos multilaterais e bilaterais visando à captação de recursos externos para o financiamento das obras.

Foi também encaminhado ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 1.175/95, que autoriza a União a delegar, aos Estados e ao Distrito Federal, a administração e exploração de rodovias, de trechos de rodovias, ou de obras rodoviárias federais, possibilitando, onde houver viabilidade e interesse, a administração estadual de rodovias federais ou sua concessão à iniciativa privada.

O Programa de Concessão de Rodovias Federais - PROCRO-FE, em implementação, contempla trechos de rodovias federais com tráfego de veículos em volume suficiente para, mediante cobrança de pedágio, gerar recursos para sua recuperação e manutenção. As concessões estão em andamento, já tendo sido licitadas a Ponte Rio-Niterói, a Rodovia Presidente Dutra (Rio de Janeiro - São Paulo), o trecho Além Paraíba-Teresópolis da BR-116, além do trecho Osório-Porto Alegre, cujo processo de licitação está em curso. Estima-se que cerca de 15.000 km de rodovias apresentem possibilidades de exploração pelo setor privado, prevendo-se para este ano a concessão de 8.000 km.

Recursos externos também estão auxiliando na ampliação da malha. O Governo viabilizou o financiamento para a duplicação da ligação São Paulo-Belo Horizonte (Rodovia Fernão Dias), cujas obras estão sendo realizadas, e manteve negociações para contratação de crédito no exterior para as obras de duplicação da ligação São Paulo-Curitiba-Florianópolis.

Na área de segurança rodoviária, o PARE - Programa de Redução de Acidentes nas Estradas promoveu numerosas atividades visando reduzir o alto índice de acidentes, mediante ações conjuntas entre as diferentes esferas de governo e setores da sociedade civil.

No subsetor Ferroviário, são metas prioritárias a privatização da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA e a transferência, para os

Estados, dos sistemas de trens urbanos operados pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU.

O modelo para a privatização da RFFSA foi definido e estabelece a concessão da exploração dos serviços, com o arrendamento dos bens operacionais da Empresa e a venda dos bens de pequeno valor. Para isso, o sistema operado pela RFFSA, hoje constituído por 22.000 km de ferrovias, foi subdividido em malhas regionais. A primeira linha a ser licitada é o trecho Bauru-Corumbá, com cerca de 1.307 km. Ao longo do ano deverão ser licitadas todas as demais malhas, a começar pela Centro-Leste.

O processo de transferência dos sistemas da CBTU aos Estados iniciou-se no ano passado pelos de São Paulo e Rio de Janeiro, onde foram criadas a Companhia Paulista de Trens Urbanos - CPTM e a Companhia Fluminense de Trens Urbanos - Flumitrens. Estão em fase adiantada os entendimentos para a transferência dos sistemas de Belo Horizonte e Recife.

O Sistema Portuário, cuja regulamentação foi modificada pela Lei nº 8.630/93, deve ser adaptado a uma forma de gestão descentralizada e participativa, que permita a auto-suficiência operacional. As ações para a modernização do sistema desenvolvem-se em duas vertentes: o Programa de Concessão para Exploração, que abrangerá todos os portos cujos prazos de concessão estejam próximos do encerramento e aqueles provisoriamente administrados por companhia Docas fora de sua área de atuação; e o Programa de Privatização dos Serviços Portuários, que visa intensificar o arrendamento de áreas e instalações dos portos. Para a primeira etapa do Programa de Concessão foram selecionados os portos de Cabedelo, Porto Velho, Itajaí e Laguna, devendo dar continuidade ao programa os portos de Manaus, Recife, Maceió e Estrela.

Ressaltam-se, ainda, os esforços para o equacionamento dos projetos do Corredor Centro-Norte, constituído pelas hidrovias dos

rios Araguaia e Tocantins, e do Corredor Noroeste, formado pela BR-364 e hidrovia do Rio Madeira.

Apresentaram resultados positivos os programas de Revitalização de Áreas Portuárias - REVAP e o de Áreas Ferroviárias - REVAF. Realizados em parceria com entidades estaduais, municipais e do setor privado, esses programas têm por objetivo a utilização dos espaços ociosos para atividades comerciais, culturais e de lazer, gerando amplos benefícios para o porto ou estação, transportadores, comunidades lindeiras, empresários e sociedade em geral.

Prosseguiu a expansão e modernização dos principais aeroportos brasileiros, visando adequá-los ao aumento do tráfego aéreo de passageiros e cargas. Especial atenção foi dada à Região Amazônica, onde a construção do aeroporto de Rio Branco deverá constituir uma base importante para o transporte de cargas e passageiros para a região e o exterior.

ENERGIA E MINERAÇÃO

A partir da formação de consórcios empresariais e em decorrência de maior dinamismo na outorga de concessões, foram equipacionados, ao longo de 1995, empreendimentos de geração de energia elétrica que acrescentam mais de 3.100 MW de potência ao sistema (cerca de 6 % da capacidade de geração), com investimentos no montante de 2 bilhões de reais oriundos, principalmente, da iniciativa privada.

Destacam-se desse conjunto os complexos hidrelétricos de Igarapava-MG (210 MW) e Itá-SC (1.450 MW), viabilizados através de consórcios de empresas e com novas concessões outorgadas; a UHE Serra da Mesa-GO (1.200 MW), já com contrato de arrendamento das instalações firmado com concessionária privada, e a Usina

Termelétrica Candiota III - RS, cuja lei de privatização foi recentemente sancionada.

A fim de garantir as demandas futuras, executou-se um programa de licitação de concessões para novos projetos de aproveitamento de potencial hidrelétrico e para instalação de novas centrais térmicas no País. O programa compreende, no período 1995/2004, a licitação de 71 empreendimentos de geração, totalizando um acréscimo de 32.511 MW de potência, com oportunidades de investimento para o setor privado da ordem de 37,2 bilhões de reais. Das cinco licitações previstas para 1995, quatro tiveram seus editais publicados, sendo a última reprogramada para o início de 1996. Trata-se de empreendimentos abertos à iniciativa privada, com potência agregada de 304 MW, envolvendo investimentos de 463 milhões de reais.

O programa terá seqüência em 1996, quando mais oito licitações estarão sendo efetivadas, incorporando 2.448 MW de potência e investimentos da ordem de 3 bilhões de reais. Até o final do Governo deverão ser outorgadas trinta concessões para exploração de aproveitamentos hidrelétricos e sete autorizações para instalação de unidades de geração térmica no País, somando uma potência superior a 8.900 MW, com atração de investimentos privados no montante de 11,2 bilhões de reais.

Prosseguirão em 1996 os trabalhos de reestruturação do setor elétrico nacional, com o estabelecimento de novo quadro regulatório e institucional. As funções de regulação e fiscalização assumem importância cada vez maior, à medida que crescem e se tornam mais complexas as demandas e os requisitos direcionados ao poder concedente. Será encaminhado ao Congresso Nacional, no início deste período legislativo, Projeto de Lei que trata do fortalecimento e reestruturação do DNAEE, para dotá-lo das condições para exercer, junto ao setor elétrico, o papel de agente do poder público federal.

Enquanto evoluem os estudos para definição do novo modelo para o setor elétrico brasileiro, prosseguem os investimentos no setor, conferindo-se prioridade aos empreendimentos em fase final de conclusão ou de motorização, como foram os casos da entrada em operação das 2^a e 3^a unidades de geração da Usina de Xingó, e da 4^a unidade da UHE Samuel, que, juntas, somam mais 1.043 MW à capacidade instalada do País.

Os sistemas isolados da região Norte têm custos operacionais elevados e não suprem adequadamente as demandas locais. Embora o Governo venha atendendo a necessidades emergenciais, impõe-se uma solução definitiva, que congregue as fontes necessárias para os investimentos, principalmente privadas.

Para esse efeito, foi elaborado estudo apontando soluções que envolvem recursos da ordem de 4 bilhões de reais até 2010 e de 1,8 bilhão de reais no período 1996-98, grande parte financiada pelo setor privado. Já foram iniciadas as providências para a expansão do sistema regional de transmissão, que levará ao oeste do Pará a energia de Tucuruí. Quanto ao abastecimento dos demais Estados da região, a ELETROBRÁS e a PETROBRÁS estão concluindo suas análises com vistas à utilização do gás natural de Urucu e Juruá, na bacia do Solimões, para geração térmica regional, alternativa que se busca compatibilizar com proposta de suprimento energético a partir da interconexão com o sistema venezuelano.

Em decisão sem precedentes no setor, foram extintas 33 concessões de empreendimentos de aproveitamento de potencial hidrelétrico - algumas outorgadas há mais de 20 anos, sem que as obras tivessem sido iniciadas - pondo fim, desse modo, à reserva cartorial de concessões. Para as remanescentes, em número de 22, exigiu-se a apresentação dos planos de conclusão dos empreendimentos, com a especificação das fontes de recursos, e o comprometimento de participação mínima legal de 1/3 de investimentos privados. Esses

planos encontram-se em análise ou acompanhamento pelo poder concedente, que, nos termos da nova legislação, extinguirá as concessões se os atuais concessionários não demonstrarem convincentemente condições de concluir os prazos adequados. Esse elenco de empreendimentos, cujas obras estão sendo retomadas, correspondem a mais 9.792 MW de potência a ser adicionada ao sistema, envolvendo recursos complementares de cerca de 8,5 bilhões de reais.

Outro aspecto relevante foi a inclusão das empresas geradoras do Sistema ELETROBRÁS no Programa Nacional de Desestatização. Após os estudos preliminares, inicia-se a etapa de contratação de consórcios de empresas de consultoria especializada, que procederão a avaliação e modelagem da privatização desse Sistema.

Concluiu-se a privatização da ESCELSA, com valor de venda de 357,9 milhões de reais (11,8% superior ao montante mínimo fixado nas avaliações), devendo o leilão de privatização da LIGHT ocorrer nos primeiros meses de 1996.

Efetuados os ajustes no Programa Nuclear Brasileiro e reconhecida pelo Congresso Nacional a prioridade de conclusão da Usina Termonuclear de Angra II, que reforçará o sistema Sul - Sudeste em mais 1.300 MW, será iniciada a etapa de montagem eletromecânica em 1996.

Os resultados alcançados no campo da exploração e produção de petróleo e gás natural e demais segmentos da indústria petrolífera foram promissores. Foi possível o aumento da produção interna de óleo cru de 694 mil barris/dia, em 1994, para 733 mil barris/dia, em 1995, registrando-se um acréscimo de 5,6%. As reservas nacionais de óleo e gás ampliaram-se em 9,8%, no caso das provadas, e em 7,7% no total.

Em 1996, a produção nacional de petróleo deverá superar, na média, 820 mil barris/dia. Atingiu-se, já em dezembro de 1995, o

recorde de produção de 815 mil barris diários, bem superior ao "pico" registrado em 1994, de 762 mil barris/dia. Na área de refino, prosseguem as obras de expansão da capacidade instalada. Na área de transporte, destacam-se a extensão e diversificação de troncos, a exemplo do gasoduto Rio de Janeiro - Juiz de Fora (em operação desde novembro passado), com extensão até Belo Horizonte prevista para 1996; dos oleodutos Recôncavo - Sul da Bahia e Paraná - Santa Catarina, e do poliduto Paulínia - Brasília, que será inaugurado no decorrer de 1996.

Os resultados serão ainda mais expressivos quando, ao lado da PETROBRAS, estiverem atuando os novos empreendedores privados, como resultado de emenda constitucional recentemente promulgada e com sua regulamentação já em curso.

É enorme o potencial de contribuição do gás à matriz energética brasileira. A produção nacional de gás elevou-se 9,8% em 1995, atingindo a média de 23,4 milhões de m³/dia. Esse produto, que envolve ganhos ambientais, será introduzido em escala industrial nos principais mercados brasileiros e fortalecerá o parque de geração térmica nacional, deslocando parcela significativa de consumo de derivados do petróleo e desobrigando importações de óleo cru.

A despeito do grande potencial brasileiro, o desempenho da indústria da mineração é ainda discreto. Em grande parte, a estagnação da produção é decorrente da queda de investimentos registrada no setor nos últimos anos.

As restrições impostas ao capital estrangeiro na pesquisa mineral, determinadas pela Constituição Federal de 1988, explicam, em parte, o desaquecimento do setor e a desativação dos programas de pesquisa que sustentavam os processos de geração de jazidas no País e ampliavam o conhecimento do subsolo.

A suspensão das restrições aos investimentos estrangeiros na pesquisa e produção mineral, recoloca o País no alvo dos investimen-

tos de empresas mineradoras internacionais, com perspectivas muito promissoras de expansão das atividades e dos negócios nesse setor. Já é possível detectar um progressivo aumento de fluxos de investimentos, notadamente para as atividades de pesquisa e produção de ouro.

Com o objetivo de corrigir distorções resultantes de um processo cartorial de outorga de concessões de pesquisa e eliminar exigências burocráticas que oneram o Estado e as empresas do setor, foi elaborado projeto de lei disciplinando a matéria, já aprovado na Câmara dos Deputados e em apreciação final no Senado Federal. O projeto prevê, também, o retorno da cobrança de taxas para a concessão de direitos minerários, visando inibir a ação de especuladores.

Na pesquisa mineral, o Governo deu ênfase à conclusão do processo de reestruturação da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM, que deverá centralizar o Serviço Geológico Brasileiro, com vistas a promover o conhecimento geológico e mineral do país, viabilizar a disseminação dos avanços científicos e tecnológicos das áreas das geociências e o estudo de questões hidrológicas, de interesse regional, além de cuidar da elaboração de inventários nacionais de recursos minerais e de seus modelos de gestão, com vistas a um desenvolvimento auto-sustentado.

A Companhia Vale do Rio Doce somou, mais uma vez, em 1995, uma significativa contribuição ao setor mineral do País, atingindo uma produção recorde de 91,8 milhões de toneladas de minério de ferro, 12,4 milhões superior à verificada em 1994, com crescimento de 16% e aumento de produtividade de 25%. As vendas globais de minério de ferro também cresceram, atingindo em 1995 o patamar de 106 milhões de toneladas, 5 milhões a mais que o alcançado em 1994. Em decorrência, a receita da CVRD elevou-se

em mais 180 milhões de reais, registrando um crescimento de 9% em relação ao ano anterior.

A CVRD colocou em operação a ALUNORTE, com produção prevista de 1,1 milhão de toneladas/ano de alumina, completando, assim, o ciclo metalúrgico do alumínio (bauxita - alumina - alumínio), com expressiva agregação de valor. Concluiu, também, a duplicação da CENIBRA, que passou a produzir 700 mil toneladas de celulose/ano, e iniciou a construção de uma usina de pelotização de minério de ferro no Complexo de Tubarão, com capacidade para produzir 4 milhões de toneladas de "pellets", em associação com capital estrangeiro.

Os resultados obtidos demonstram a maturidade empresarial da CVRD e confirmam a certeza do Governo de que, após a sua privatização - quando se assegurará ampla democratização de seu capital - consolidará essa trajetória de êxito.

COMUNICAÇÕES

As principais diretrizes para o setor contemplam novo modelo institucional e a atualização da regulamentação para os serviços, com base em critérios concorrentiais para a outorga de concessões e permissões, bem como a formulação de amplo programa de investimentos na expansão e modernização dos serviços de telecomunicações e postais, a ser executado por empresas públicas e privadas.

O novo modelo institucional, a ser proposto ao Congresso Nacional, visa o atendimento pleno dos interesses dos usuários, procura assegurar o acesso universal aos serviços básicos, ampla cobertura territorial, justa competição entre os prestadores de serviços e preços razoáveis. O modelo caracteriza-se também pela abertura à participação de capitais privados, nacionais e estrangeiros, mediante privatização de ativos já existentes e novos investimentos,

estímulo à participação do setor no mercado globalizado, uso eficiente do espectro radioelétrico e de outros meios naturais limitados. Tanto as opções tecnológicas, quanto as propostas de natureza institucional serão amplamente divulgadas e debatidas no Congresso e na sociedade.

Dada a complexidade técnica e jurídica do trabalho de reforma estrutural em andamento, e visando ampliar a participação de investimentos privados nos serviços de telecomunicações, o Governo encaminhou ao Congresso Nacional projeto de lei tratando de temas específicos do setor – serviço móvel celular, serviços via satélite e serviços de valor adicionado. Após a sanção dessa lei, poder-se-á dar início aos processos licitatórios para outorga de concessões de exploração do serviço móvel celular e para implantação de sistemas de satélites pela iniciativa privada.

Merce atenção a reestruturação tarifária do setor, promovida pelo Governo a fim de reduzir o nível de subsídios cruzados entre os diversos serviços de telecomunicações, tornar mais realista a relação custo/preço e dar competitividade às operadoras, permitindo a melhoria dos serviços prestados.

Foi criado o Programa de Recuperação e Ampliação do Sistema de Telecomunicações e do Sistema Postal - PASTE, que objetiva estabelecer as diretrizes, metas, programas e projetos para recuperação e ampliação dos serviços de telecomunicações e dos serviços postais no País, e implementar programa de investimentos da ordem de 37,5 bilhões de reais no período 1995/1999 e 37,6 bilhões de reais no período 2000/2003, com destaque para a atração de recursos privados.

Através do Sistema TELEBRÁS, o País atingiu a marca de 15 milhões de acessos telefônicos instalados (convencionais e celulares), 18,5 % superior ao total de 1994; mais do que dobrou o número de

telefones celulares, passando de 720 mil acessos para 1,6 milhão; e recebeu aproximadamente 1,9 milhão de novos acessos.

O número de telefones de uso público cresceu cerca de 10% em relação a 1994, atingindo 376 mil em todo o País. Foram colocados em serviço mais de 76 mil telefones públicos a cartão com tecnologia indutiva e o número de localidades atendidas cresceu de 17.460, em 1994, para mais de 19 mil, atendendo-se cerca de 1.800 novas localidades.

O número de acessos telefônicos contratados (convencionais e celulares) atingiu 3,3 milhões, praticamente o dobro de 1994, exigindo investimento total em torno de 4 bilhões de reais, a preços correntes. O tráfego nacional e o internacional cresceram cerca de 27% e 51%, respectivamente, em relação ao ano anterior.

Em 1996, o País deverá atingir aproximadamente 20 milhões de acessos convencionais e celulares instalados, sendo que o segundo deverá superar a marca de 4 milhões. O total de telefones de uso público deverá crescer cerca de 14%, atingindo mais de 400 mil. Nas expansões e em substituição ao aparelho tradicional, devem ser colocados em serviço cerca de 180 mil telefones públicos a cartão com tecnologia indutiva, e o número de localidades atendidas deverá elevar-se para aproximadamente 21,1 mil.

Prevêem-se contratações de cerca de 6,4 milhões de acessos convencionais, celulares e Serviço Público de Mensagens, com investimentos e inversões financeiras no montante de 7 bilhões de reais. Espera-se, também, a continuidade do crescimento dos tráfegos nacional e internacional, estimados em 21% e 43%, respectivamente.

Merecem destaque em 1995 o lançamento do segundo satélite da série BRASILSAT-B (B2), em substituição ao BRASILSAT-A (A1 e A2), cujo tempo de vida útil se aproximava do fim, a ligação da Rede Nacional de Fibras Ópticas entre o Rio de Janeiro e Belo Horizonte (465 km) e a marca de um milhão de terminais Trópico

RA (central de comutação de tecnologia avançada) em operação, o que colocou o Brasil no reduzido grupo de países que dominam a mais avançada tecnologia de comutação digital.

Na cooperação externa foi assinado, com Portugal, acordo visando à utilização das infra-estruturas de telecomunicações de ambos países na prestação de serviços globais e à ampliação da participação luso-brasileira no mercado mundial de telecomunicações. Foi também retomado o *Projeto China*, com a instalação de uma planta piloto de 100 telefones públicos a cartão com tecnologia indutiva na província de Shanxi.

A definição de um plano de investimentos de longo prazo, estabelecendo diretrizes para o desenvolvimento dos Correios, com base na incorporação maciça de novas tecnologias, constitui passo importante na direção da mudança dos serviços postais. Metas, procedimentos, sistemas operacionais e contratos foram reavaliados, visando preparar a ECT para o novo cenário de competição e facilitar a constante melhoria da eficiência, qualidade e produtividade do Serviço Postal Brasileiro.

Como resultado imediato, a expectativa de prejuízo anual de cerca de 300 milhões de reais foi revertida. A adoção de medidas saneadoras, como a revisão de contratos com fornecedores e de licitações em curso, ao lado da reestruturação tarifária, recolocou a Empresa na situação de equilíbrio econômico. Destaca-se, ainda, que a qualidade dos serviços prestados foi mantida, não obstante o crescimento recorde de 37% na quantidade de objetos movimentados. O índice médio, até outubro, de cartas e de encomendas SEDEX entregues dentro dos prazos previstos, foi de 85% e 95%, respectivamente. Contribuíram para esse desempenho a revisão técnica da malha da Rede Postal Aérea Noturna, a implantação das plataformas do Serviço de Correio Eletrônico Master Post em São Paulo, Rio de

Janeiro e Brasília, e, nesta última, a automação completa do atendimento e do sistema de captação de dados.

Terão prosseguimento os projetos para a ampliação do nível de atividades dos serviços postais, prevendo-se investimentos da ordem de 200 milhões de reais - cerca de 67% a mais que em 1995.

RECURSOS HÍDRICOS

O Governo deflagrou o processo para a concepção de novo modelo de gerenciamento de recursos hídricos no Brasil, fundamentado na gestão participativa e centrado nos comitês de bacias hidrográficas, no princípio do poluidor-pagador e na integração dos diferentes atores envolvidos no Movimento de Cidadania pelas Águas. Tal processo inclui informação relativa à importância dos cuidados básicos com a água e à necessidade de harmonização de seus múltiplos usos de forma sustentável. Para isso, tornam-se necessários diagnósticos da situação das águas, realizados pela próprias comunidades, e posterior mobilização destas para ações permanentes de conservação e prevenção contra usos predatórios.

Considerando que a água constitui fator de produção insubstituível do progresso econômico e social, foi dada ênfase à retomada de obras inacabadas e paralisadas de aproveitamento hidroagrícola, principalmente aquelas que aportassem maiores benefícios às regiões semi-áridas do Nordeste. Foram encontradas soluções inovadoras, tanto para a conclusão de empreendimentos orientados para a irrigação, como para o aumento da capacidade de armazenamento d'água, através de formas alternativas de financiamento e gestão de obras hídricas com maior participação de Estados, Municípios e iniciativa privada.

Assim, o Governo concentrou esforços em cinco pontos principais:

-
- criação de condições legais, institucionais e técnicas, visando à promoção do uso adequado dos recursos hídricos, consideradas suas múltiplas finalidades;
 - fortalecimento dos comitês de bacias hidrográficas e incentivo à criação de planos diretores de recursos hídricos;
 - conservação e preservação das bacias hidrográficas mediante proteção de cabeceiras e matas ciliares, controle de fontes de poluição e adoção de práticas sustentáveis de uso do solo;
 - conclusão de perímetros de irrigação e de obras de infra-estrutura hídrica consideradas prioritárias; e
 - implantação de novo modelo de financiamento e gestão de projetos de irrigação e de infra-estrutura hídrica.

Cabe destacar a implantação do Programa Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, com o objetivo de dar suporte institucional aos Estados e entidades que participam direta e indiretamente da gestão de recursos hídricos, compreendendo, numa primeira etapa, a implantação do novo modelo de gerenciamento nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia.

Importante mencionar também a implementação e apoio a ações vinculadas ao Movimento de Cidadania pelas Águas, desenvolvidas nos Estados do Paraná, Minas Gerais e Distrito Federal; implementação dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos rios Paraíba do Sul e Paraguai, atualmente operando como fórum privilegiado de gestão integrada dos recursos hídricos das respectivas bacias; a realização de estudos integrados dos recursos hídricos, de solos e de preservação do meio ambiente no Vale do São Francisco, assegurando-se o início da execução do Plano Diretor para o Vale do São Francisco (PLANVASF) e a continuidade do Programa de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável no Vale do São Francisco (PROMOVASF); e a elaboração de estudos e projetos básicos para

aproveitamento hidroagrícola das bacias dos tributários do Rio São Francisco, cobrindo 413,6 mil hectares.

O programa especial de retomada de obras inacabadas de aproveitamento hidroagrícola proporcionou a conclusão de obras para a irrigação de 58,3 mil hectares e a operação econômica de outros 55,9 mil em perímetros de irrigação já implantados. O programa especial destinado a aumentar a oferta de água na região semi-árida do Nordeste permitiu colocar em operação oito sistemas simplificados de suprimento de água para consumo humano, perfurar 148 poços públicos e construir ou recuperar açudes e barragens, aumentando sua capacidade de retenção em 570 milhões de m³ de água.

Foram realizadas diversas obras de infra-estrutura hídrica em apoio ao desenvolvimento da agricultura irrigada pelo setor privado, beneficiando cerca de 300 mil hectares nos diferentes Estados do semi-árido nordestino. Igualmente foram retomados os trabalhos de conservação, recuperação e preservação de rios, canais e lagoas, realizando-se o desassoreamento de 30 lagoas, trabalhos de macro-drenagem e de drenagem subterrânea em aproximadamente 5,5 mil hectares e a construção de 35 km de canais de drenagem de superfície.

Totalizando investimentos da ordem de 160 milhões de reais, a realização dessas obras beneficiará direta ou indiretamente 3,2 milhões de habitantes (quase 10% da população nordestina), permitirá a ampliação do potencial pesqueiro nordestino em cerca de 4,8 mil toneladas/ano e possibilitará produção adicional mínima de aproximadamente 600 mil toneladas de grãos (mais de 12% da produção atual do Nordeste).

Em continuidade às ações e soluções inovadoras e participativas deflagradas em 1995, o Governo pretende consolidar sua política de recursos hídricos apoiado em três ações estratégicas básicas: a) intensificar e consolidar o Programa Nacional de Gerenciamento de

Recursos Hídricos; b) dar prosseguimento ao programa de retomada das obras inacabadas, principalmente na região semi-árida do Nordeste; e c) recuperar, conservar e preservar as bacias hidrográficas.

Também vinculadas ao Programa Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, duas ações mostram-se especialmente relevantes: a propagação do Movimento da Cidadania pelas Águas e a implantação do Programa de Conservação e Revitalização dos Recursos Hídricos.

Embora a dimensão qualitativa seja mais importante, cabe ressaltar sob o ângulo quantitativo que, assegurada a execução das ações programadas, o Governo terá condições de potencializar os efeitos das ações deflagradas em 1995 - notadamente na agricultura irrigada - além de ampliar em mais de 30 % a capacidade de oferta de água na região semi-árida do Nordeste.

VIII - SETOR PRODUTIVO

AGRICULTURA

Os ganhos de produtividade alcançados pelo setor agrícola em 1995 e a colheita da maior safra da nossa história, da ordem de 80 milhões de toneladas, confirmam as vantagens comparativas da agropecuária nacional. É reconhecida sua decisiva contribuição para a estabilização dos preços.

As ações neste setor foram norteadas pela descentralização de responsabilidades para outras esferas de governo, entidades representativas do setor e iniciativa privada, e o direcionamento dos escassos recursos públicos para segmentos criteriosamente escolhidos, regiões menos desenvolvidas e atividades em que a presença do Estado ainda é essencial. Este é o caso da reestruturação fundiária, do fortalecimento da infra-estrutura básica e da geração e disseminação de tecnologia.

No âmbito do Programa de Reforma Agrária, promoveu-se o acesso à terra para 42.912 famílias, o que possibilitou superar a meta fixada para 1995, de 40 mil famílias assentadas, mesmo diante das dificuldades enfrentadas, principalmente para implementar modelo de assentamento com maior participação de Estados, Municípios e representantes dos beneficiários. Historicamente, a média de assentamentos anuais não ultrapassa 20 mil famílias.

Foi implantado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) com o propósito de manter e ampliar ocupações produtivas, incrementar e estabilizar a renda dos agricultores beneficiados e a oferta de alimentos e apoiar o combate à fome e à miséria. Também foi iniciado o Programa de Educação Rural e Profissionalização de Produtores, abrangendo inicialmente 15 Estados e visando atingir 700 mil beneficiários em cursos convencionais e 1 milhão em cursos à distância, no período de cinco anos.

Na distribuição emergencial de alimentos, integrante do Programa Comunidade Solidária, foram atendidas cerca de 916 mil famílias em 525 Municípios de 26 Estados, perfazendo quase 2 milhões de cestas básicas, num total de 56 mil toneladas de alimentos.

Quanto ao crédito rural, cabe destacar as medidas voltadas à minimização de desequilíbrios no setor: prefixação de encargos financeiros em 16 % a.a. para financiamentos de agricultores familiares e em 12% para assentados em projetos de reforma agrária. Também de grande relevância foi a renegociação e o alongamento do perfil do endividamento rural, necessários para reduzir os efeitos dos pesados encargos financeiros incidentes nos financiamentos da safra 1994/95. Essa medida envolve recursos da ordem de 7 bilhões de reais e beneficia cerca de 230 mil agricultores, com amplo predomínio de mini e pequenos produtores rurais. Ademais, a ampliação do acesso e a redução do custo de financiamentos com recursos externos tornaram a agricultura mais competitiva e atenuaram os efeitos da redução da oferta de crédito interno à agropecuária.

No processo de aperfeiçoamento do sistema de comercialização, iniciou-se a modernização da gestão de estoques públicos, a implantação do Programa de Compras Antecipadas da Produção através das recém-criadas Cédulas de Produto Rural (CPR), a realização de leilões em Bolsas de Mercadorias e as operações

especiais de aquisição, venda e redistribuição de estoques, que visam agilizar o abastecimento e promover a estabilização dos preços agrícolas.

A experiência mostra a necessidade de reformulação em alguns setores. O mecanismo do Preço de Liberação de Estoques Públicos (PLE), que tem dificultado a rápida mobilização dos estoques governamentais, deverá ser aperfeiçoadado para evitar o acúmulo de estoques oficiais nos períodos em que ações especulativas de intermediários provocam elevações indesejáveis de preços. A Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) precisa também ser revista, recuperando sua credibilidade, atingida, nos últimos anos, pela ineficácia operacional decorrente da aguda escassez de recursos. É igualmente importante modificar os critérios e formas de gestão do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), em função dos freqüentes déficits apresentados e da desigual proteção oferecida às principais culturas agrícolas, buscando criar condições para sua auto-sustentação financeira e maior participação do seguro privado no setor.

O desenvolvimento da pesquisa agropecuária teve como resultado 468 projetos e mais de 3 mil subprojetos em diferentes áreas. Foram obtidos, em número expressivo, novos cultivares, clones e variedades, além de sistemas de produção para a pecuária, estudos de zoneamento agro-sócio-econômico e vários processos, técnicas e métodos aperfeiçoados de produção que, somados à oferta de 8 mil toneladas de sementes básicas de espécies vegetais comerciais, proporcionam novas e importantes oportunidades para a modernização da agropecuária. O controle e erradicação de pragas e doenças avançou na Região Sul, com a negociação da expansão de novas áreas exportadoras de carne para os Estados Unidos, Japão e China e a habilitação dos Estados do Centro-Sul para a exportação de carne fresca de aves para a União Européia. Foi iniciada a recuperação da

lavoura cacaueira baiana, ação a ser desenvolvida em quatro anos, com apoio em linha de crédito de 340 milhões de reais, dos quais 100 milhões aplicados em 1995, e na intensificação do combate à doença "vassoura-de-bruxa" em área de cerca de 650 mil hectares.

O zoneamento agrícola do País será implementado através da adaptação dos instrumentos de política agrícola, com o objetivo de orientar investimentos e direcionar as linhas de crédito para as culturas mais recomendadas em cada região e época do ano, com base no mapeamento agroecológico em elaboração.

Na armazenagem, a prioridade é definir claramente as responsabilidades dos proprietários de armazéns quanto às fraudes ou problemas com os produtos depositados e os direitos dos depositantes quanto à fiscalização do produto, bem como liberar a comercialização de produtos agropecuários pelas empresas armazenadoras, proporcionando maior transparência, organização e dinamismo ao mercado, maior competição entre os agentes envolvidos na comercialização e maiores preços aos produtores.

No tocante ao sistema de classificação de produtos agropecuários, a prioridade será a quebra do monopólio estatal, abrindo à iniciativa privada a oportunidade de também prestar esse serviço, possibilitando maior eficiência e credibilidade ao sistema.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR

Nessa área, as políticas governamentais têm enfatizado a formação de um ambiente favorável ao investimento e ao aumento da competitividade das empresas, a aceleração do processo de capacitação tecnológica, a expansão do comércio exterior, a reestruturação de segmentos industriais com problemas de competitividade e o fortalecimento das microempresas e empresas de pequeno porte (PME).

O Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade dedicou-se à elaboração das diretrizes do PBQP ANO 2000 e desenvolveu o Programa de Formação de Recursos Humanos para a Modernização Competitiva, a ser implantado já em 1996, quando se espera reciclar cerca de 4.000 profissionais, capacitar outros 3.500 e formar 2.000. Serão também iniciados os procedimentos para a generalização da distribuição de lucros e resultados nas empresas, como forma de associar virtuosamente competitividade e melhoria de renda dos trabalhadores. Pretende-se, também, atingir a marca de 2.000 empresas e produtos com certificação ISO-9000.

Os procedimentos para a implantação da certificação ISO 14000 serão também iniciados, em antecipação às crescentes restrições de natureza ambiental que tendem a ordenar o comércio internacional.

O compromisso de fortalecer as micro, pequenas e médias empresas (PME) foi posto em marcha com a conclusão da proposta de Estatuto das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, elaborado com o apoio do Governo e entregue ao Congresso Nacional pelas instituições representativas desse segmento. O Governo reforçará o apoio a essas empresas com o aperfeiçoamento das normas sobre aval e garantias de crédito, a implantação de linhas de crédito diferenciadas e a difusão de mecanismos de compras governamentais. A implantação do Conselho de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas estreita os interesses e facilita as negociações sobre meios eficazes de fortalecer esse segmento. A criação da Rede de Integração Empresarial para as PME no Mercosul e a promoção em atividades de Pesquisa e Desenvolvimento e no comércio internacional são também importantes instrumentos de apoio a essas empresas.

O setor automotivo, pela sua influência na dinâmica econômica, foi exemplo da estratégia do Governo de implementar a política industrial a partir da negociação de metas de médio e longo prazo e

da formação de parcerias entre o setor público e a iniciativa privada. O Programa de Restruturação das Montadoras e Indústria de Auto-peças, com metas de produção de 2,5 a 3,0 milhões de veículos/ano e investimentos diretos da ordem de 12 bilhões de dólares, deu curso às seguintes ações durante o ano de 1995:

- formulação do Regime Automotivo brasileiro, que vincula o aumento das exportações e os novos investimentos à redução do imposto de importação incidente sobre bens de capital, matérias-primas e partes e peças para as empresas montadoras e fabricantes de veículos, peças e componentes;
- negociação junto ao setor para a ampliação e fortalecimento dos Programas de Tecnologia, Qualidade e Produtividade, assim como de um programa de renovação da frota nacional de veículos; e
- definição do Regime Automotivo Mercosul, já acordado com a Argentina e em negociação com o Paraguai e o Uruguai.

No comércio exterior, realizou-se a adequação da legislação nacional às normas do GATT-94, com a publicação dos Decretos nº 1.488 e nº 1.602, que regem respectivamente a imposição de salvaguardas e os direitos "antidumping". A regulamentação dos subsídios e das medidas compensatórias, Decreto nº 1.751, completa o conjunto de normas que estabelecem novo modelo de gestão da concorrência, compatível com os objetivos de liberalização do comércio multilateral.

Para assegurar um crescimento sustentado das exportações e estimular o comércio exterior, o Governo concluiu estudos para implementação de novos mecanismos de financiamento e de seguro de crédito às exportações. Está em elaboração projeto de lei única de comércio exterior, visando consolidar a profusão de normas hoje existentes, com atualização normativa e eliminação de conflitos de competência.

O relançamento do programa novos pólos de exportação, centrado na expansão das exportações de 25 grupos de produtos selecionados, leva em consideração as potencialidades pouco exploradas regionalmente e a produção nacional que ainda não se engajou no comércio exterior. O programa é mais um mecanismo para ampliar as exportações e oferecer maior competitividade aos produtos brasileiros. Com a operacionalização dos programas "Marketing Brasil" e "Capacitação Empresarial para o Comércio Exterior", o Governo espera reforçar essa estratégia.

Após dez anos, houve um expressivo aquecimento no lançamento de novos produtos no mercado. Os pedidos de registro de novas marcas cresceram 60 % em relação a 1994. O aumento em 21 % dos pedidos de patentes indica, também, um crescimento na intenção de investimentos no País.

Preparando-se para novas exigências, e no contexto da reforma do Estado, o Instituto Nacional da Propriedade Intelectual - INPI iniciou processo de modernização com a implantação de rede nacional "on line" de atendimento e informação tecnológica ao usuário, em parceria com os Estados, Juntas Comerciais e SEBRAE, e interligação com redes internacionais. Deverá, também, dar continuidade a processo de reestruturação, com a sua transformação em Agência Especial.

A reformulação do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial e o lançamento do Programa de Modernização da Regulamentação Técnica expressam a preocupação do Governo com a criação de mecanismos que permitam atender em todas as regiões à demanda por padronização, certificação e calibragem.

Dentro de nova orientação, o INMETRO passa a atuar, em parceria com a SUNAB, como órgão técnico para a defesa do consumidor. As atividades de metrologia, normalização e qualidade

industrial serão ampliadas e melhor atendidas com a conclusão das obras do complexo laboratorial de Xerém-RJ.

Para ampliar o apoio ao setor de serviços, foram instaladas quatro Câmaras Setoriais de Serviços: Educação e Treinamento, Serviços Terceirizáveis, Cinema e Audiovisual e Administração Imobiliária. Efetuaram-se, igualmente, os trabalhos preparatórios para a instalação de outras duas Câmaras Setoriais, a de Transportes e a do Livro.

TURISMO

O aproveitamento do potencial do Turismo para a geração de divisas, o desenvolvimento regional e a criação de empregos orienta a ação do Governo nessa área. Além das ações diretamente relacionadas ao setor, o impacto positivo do Plano Real trouxe significativo aumento do turismo emissivo internacional e do turismo doméstico. Resultado concreto foi colhido pelas companhias aéreas brasileiras que, após vários anos de balanços deficitários, apresentaram lucros em 1995.

Fator preponderante para o avanço no setor foi a dilatação para até 5 anos da validade dos vistos de entrada de estrangeiros no País e a eliminação de restrições a navios de bandeira estrangeira para a realização de cruzeiros marítimos e fluviais nas costa e águas interiores brasileiras. Nessa linha, as ações estarão agora voltadas para a dinamização da malha aérea, através da regulamentação mais flexível dos vôos "charter" domésticos, da operacionalização dos "stop over" dos vôos internacionais e da liberalização dos vôos sub-regionais entre os Países integrantes do MERCOSUL.

Também foram importantes para o setor a operacionalização dos programas regionais para a implantação de infra-estrutura básica em destinos turísticos, o desenvolvimento do Programa Nacional de

Municipalização do Turismo e as ações da iniciativa privada coordenadas pela Câmara Setorial de Turismo.

No Programa Nacional de Municipalização do Turismo foram realizadas 29 oficinas, em todas as Unidades da Federação, para treinamento de técnicos dos órgãos oficiais de turismo estaduais e municipais. Durante o corrente ano, terá continuidade a formação de recursos humanos necessários à intensificação do turismo, prevenindo-se a capacitação de 1.000 novos profissionais.

O financiamento dos investimentos foi reativado por meio do Fundo Geral do Turismo - FUNGETUR. O Programa Nacional de Financiamento ao Turismo, instituído pelo BNDES, proporcionou investimentos da ordem de 250 milhões de reais e já aprovou outros 100 milhões para 1996.

Os investimentos em infra-estrutura turística terão suas ações concentradas nos programas PRODETUR/Nordeste, PRODETUR/Amazônia e Centro-Oeste e PRODETUR/Sul, na criação de mecanismos que facilitem o acesso do empresariado nacional aos recursos do BNDES e demais instituições financeiras, e no programa especial de financiamento ao micro e pequeno empresário, com a aplicação de recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador - FAT.

O Programa Nacional de Ecoturismo, com o objetivo de estimular investimentos e divulgar as potencialidades desse novo segmento no Brasil, realizou 11 Oficinas de Ecoturismo para empreendedores, planejadores, hoteleiros, técnicos governamentais e outros profissionais da área. Ênfase será dada à ampliação da capacidade de alojamento e demais equipamentos para os turistas que buscam o convívio com a natureza. Serão estimuladas iniciativas para o desenvolvimento do turismo náutico, em todas as suas modalidades, com especial destaque para o turismo de cruzeiros, através de ações de modernização portuária e dotação de infra-estrutura receptiva.

Em reforço ao marketing turístico, foi implementado serviço de informação para divulgar as inúmeras e variadas oportunidades que o País oferece. Com esse fim foram tomadas as seguintes iniciativas: instalação dos comitês "FLY TO BRAZIL" nas mais importantes feiras de turismo internacionais, lançamento do Programa "Brasil Turístico", via INTERNET, realização de diversos Programas Semanais de Rádio, em vários idiomas, sobre a música popular e regiões turísticas brasileiras, e realização de Programas para a TV norte-americana promovendo o turismo de pesca na Região Amazônica e no Pantanal Mato-grossense. O apoio ao desenvolvimento do segmento de Pesca Esportiva busca atrair turistas de alto poder aquisitivo, procedentes dos EUA.

Prevê-se a ampliação dos comitês "FLY TO BRAZIL", com a instalação de novas unidades em Buenos Aires, Milão, Paris e Los Angeles, e a veiculação de campanha de conscientização para mudar a percepção da sociedade brasileira em relação ao turismo, destacando a atividade como impulsionadora do desenvolvimento, empregadora de mão-de-obra e fonte de renda efetiva.

IX - JUSTIÇA, SEGURANÇA E CIDADANIA

Na Defesa dos Direitos dos Cidadãos, foi importante a elaboração do Plano Nacional de Direitos Humanos, que visa fortalecer a democracia e promover e aprimorar o sistema de proteção dos direitos humanos. O Governo pretende, neste exercício, implantar este Plano e iniciar a instalação da Defensoria Pública da União em todas as capitais, no Distrito Federal e nos centros urbanos mais expressivos.

Foi marcante também o reconhecimento como mortas das pessoas desaparecidas no período de 1961 a 1979, acusadas ou envolvidas em atividades políticas. A iniciativa, que culminou na Lei nº 9.140/95, tornou possível, já no primeiro ano de mandato, resgatar essa dívida para com a Nação.

Na Defesa do Consumidor, o Governo atuou intensamente na definição das regras das mensalidades escolares. Foram assinados convênios com o objetivo de melhorar a fiscalização da qualidade de bens e serviços, viabilizar o fluxo de informações sobre atos de concentração de Companhias Abertas e definir suporte de infra-estrutura aos PROCON e ao Sistema Nacional de Proteção do Consumidor, os quais serão objeto de apoio intensivo visando sua ampliação e consolidação.

Na Defesa da Cidadania, em particular dos índios, 15 terras indígenas foram identificadas e/ou delimitadas; 14 estão em processo

de expedição de portarias declaratórias de demarcação, perfazendo 2,1 milhões ha; 10 foram demarcadas, com 3,6 milhões ha; 8 foram homologadas, com 0,3 milhão ha; e 6 foram extrusadas, com 324 posseiros. Foi realizada a extrusão de madeireiros e garimpeiros das terras indígenas Kayapó, Menkragnoti e Baú, numa área de aproximadamente 10,1 milhões ha, e firmados acordos internacionais para alocação de 18,5 milhões de dólares norte-americanos ao Projeto Integrado de Proteção das Terras e Populações Indígenas da Amazônia Legal.

Neste ano, será implementado sistema permanente de vigilância e fiscalização das terras indígenas, promovido o aprimoramento do processo administrativo de demarcação, e efetuadas a identificação/reestudo de 37 terras, a demarcação de 21 e a regularização fundiária de 46. Ainda com relação à política indigenista, o País participará da negociação de Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos das Populações Indígenas, implantará novo modelo de proteção e apoio às sociedades indígenas, bem como projetos sustentáveis e de proteção ambiental das terras indígenas.

Diversas campanhas de conscientização da população foram veiculadas nos meios de comunicação do País, com ênfase para a de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil, a sobre a Pobreza e a da Saúde da Mulher. Essas campanhas serão intensificadas em 1996 e será elaborado projeto de lei contendo norma tipificadora de condutas de exploração sexual de crianças e adolescentes. Serão também implementados os projetos Os Direitos da Mulher, O Estado, a Cidadania e a Comunidade Negra, A Cidadania na Terceira Idade, e A Comunidade Indígena e a questão do Direito.

O apoio a projetos municipais, de organizações não governamentais e de organismos de cooperação internacional beneficiou cerca de 3,7 milhões de cidadãos. Esses projetos contemplam ações de reabilitação profissional de portadores de deficiência e a criação

de instalações urbanas para sua movimentação (construção de rampas de acesso, de sinalização horizontal e vertical, e de rebaixamento de passeios e calçadas).

No combate às violações de direitos humanos, foi desenvolvido um sistema de acompanhamento dos casos, objetivando dar maior transparência sobre a atuação das autoridades nos processos de apuração das violações em todo o território nacional. Paralelamente, foi estabelecido o Programa de Educação para os Direitos da Cidadania nas Academias de Polícia, sendo assinado acordo de cooperação técnica com a seção brasileira da Anistia Internacional, para a implementação do Grupo de Assessoria em Educação para Direitos da Cidadania.

No campo da segurança pública merecem destaque a elaboração e implantação do plano emergencial de combate à criminalidade organizada no Estado do Rio de Janeiro, a reabertura da Academia Nacional de Polícia e as operações de repressão a entorpecentes e combate ao crime organizado, com resultados expressivos na apreensão de drogas e na desativação de laboratórios clandestinos utilizados no seu processamento. Ainda nessa área, deve ser ressaltada a elaboração e implantação da Lei n 9.017/95, de controle e fiscalização de produtos químicos, dispondo sobre o estabelecimento de normas de controle e fiscalização sobre substâncias entorpecentes que determinem dependência física ou psíquica e de produtos e insumos químicos que possam ser destinados à elaboração da cocaína em suas diversas formas.

Importa ressaltar também o retorno da participação do Brasil como membro efetivo da Comissão de Entorpecentes da ONU, no âmbito da qual foi elaborado documento hemisférico sobre lavagem de dinheiro, e a criação da Comissão Nacional de Segurança Pública nos portos, terminais e vias navegáveis - CONPORTOS, que tem a

finalidade de elaborar, implementar e supervisionar o sistema de prevenção e repressão a atos ilícitos naquelas áreas.

No suporte às atividades de segurança foram desenvolvidos o Projeto PRÓ AMAZÔNIA - Polícia Federal na Amazônia, o PROMOTEC - Projeto de Ampliação e Modernização das Unidades Operacionais e do Segmento Técnico-Científico da Polícia Federal, o Projeto de Modernização da Academia Nacional de Polícia e o Projeto Técnico de Integração das Informações Criminais. O PRÓ-AMAZÔNIA objetiva criar condições para o controle das fronteiras, prevenir e reprimir o narcotráfico, o contrabando, os crimes contra bens, serviços e interesses da União, contra a ordem política e social e os de natureza ambiental. O PROMOTEC tem por finalidade ampliar e aprimorar a presença da Polícia Federal nas áreas do território nacional não abrangidas pelo PRÓ-AMAZÔNIA e promover a modernização do segmento técnico-operacional do Departamento de Polícia Federal

Esse conjunto de projetos será implementado este ano, ao lado do PRIMOR (Plano Integrado de Modernização da Polícia Federal) e do PROMASP (Programa de Modernização, Agilização e Aprimoramento de Segurança, e Fiscalização do Tráfego Internacional e do Passaporte Brasileiro).

Na área de trânsito foram ampliados o Programa RENAVAM - Registro Nacional de Veículos Automotores, com a interligação de 21 Unidades da Federação, cujas frotas correspondem a 98 % da nacional, e o Programa RENACH - Registro Nacional de Carteiras de Habilitação, que objetiva controlar, em nível nacional, os registros de condutores de veículos, através da interligação dos cadastros estaduais de condutores a uma central de dados. Em 1996, será implementado o Programa Brasileiro de Segurança de Trânsito, visando reduzir em 50 %, nos próximos quatro anos, o índice de violência no trânsito.

Para a readequação do sistema penitenciário nacional foram construídas, reformadas e ampliadas 61 unidades prisionais, realizando-se o Mutirão na Execução Penal em todos os Estados, além de se publicar as Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil, em consonância com a determinação das Nações Unidas sobre prevenção do delito e tratamento do delinquente. Esforços continuaram nessa área para promover sua completa informatização e para a realização do Censo Penitenciário Nacional de 1996. O Governo deverá formular política para aplicação de penas alternativas à prisão e anteprojeto de reforma da lei de execução penal.

X - DEFESA NACIONAL

A modernização das Forças Armadas, através de investimentos em meios de combate modernos, tecnologia e sistemas logísticos integrados, constitui o foco da política do Governo no que se refere à defesa nacional. Dar-se-á prioridade à estruturação de um núcleo dotado de capacidade operacional e poder dissuasório, sendo fortalecida a presença militar na Amazônia.

Buscando a incorporação de modernas tecnologias ao SISCOMIS - Sistema de Comunicações Militares por Satélite, foi concluído o processo de licitação para a compra e instalação da estação central da banda 'X', de oito estações transportáveis e uma estação para navios, que deverão estar operando ainda em 1996.

Complementando a estrutura inicial do Sistema, foi iniciada a concepção e o projeto da Estrutura Básica do SISCOMIS (EBS), a ser executada nos próximos quatro anos, prevendo a incorporação dos ministérios civis e outras instituições governamentais na rede SISCOMIS e adensando a malha existente com novas estações de comunicações terrestres e por satélite. Além disso, o Sistema deverá viabilizar serviço de radiotelefonia segura em áreas selecionadas das cidades de Brasília e Rio de Janeiro.

No âmbito dos compromissos internacionais e em conformidade com sua política externa de contribuir para a manutenção da paz e segurança internacionais, o Brasil se fez presente em operações

navais no Exterior, como na ex-Iugoslávia, em Angola e na América Central, seja participando com contingentes de Fuzileiros Navais, seja transportando material e parcela da tropa da Força de Paz para Moçambique e Angola. Neste último, em seu apoio ao processo de pacificação política daquele país, deslocou um contingente de tropa de quase 1.100 homens para integrar a Terceira Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM III).

A assinatura, em Brasília, da "Declaração de Paz do Itamaraty entre Equador e Peru", também firmada pelos representantes da Argentina, Brasil, Chile e Estados Unidos da América, concluiu as negociações para cessar as hostilidades e evitar novos confrontos bélicos na fronteira entre aqueles países. Instituiu-se a "Missão de Observadores Militares dos Países Garantes no Equador e Peru" (MOMEP), encarregada de supervisionar o cessar-fogo, proceder à desmobilização das forças em conflito e recomendar a adoção de uma área desmilitarizada. A MOMEP continuará operando como fiadora da paz no Alto Cenepa, para que a solução definitiva do histórico problema de fronteira entre Equador e Peru seja alcançada no futuro mais próximo.

Deu-se seguimento ao Acordo de Cooperação entre os Governos do Brasil e da Namíbia, que prevê atividades de formação de pessoal, levantamentos hidrográficos, apoio na construção de navios patrulha e de base naval, além de orientação para a estruturação da Ala Naval do Ministério da Defesa daquele País.

Destaca-se, também, a inserção internacional do Brasil através de suas Forças Armadas ao Sistema OTAN de Catalogação. O ingresso do Brasil nesse sistema, que espera-se seja formalizado no decorrer deste ano, facilitará as aquisições brasileiras no exterior, o desenvolvimento nacional na área de catalogação de materiais e serviços, o acesso a um sistema logístico de âmbito mundial e

possibilitará, sobretudo, a divulgação de produtos brasileiros na área da OTAN.

Foram implementadas ações voltadas para a consolidação dos centros tecnológicos das três forças armadas, possibilitando o desenvolvimento de pesquisas e projetos de modernização de sistemas de armas, de viaturas e mísseis, assim como implementando convênios com instituições públicas e privadas, para aumentar o intercâmbio de conhecimentos, o desenvolvimento da capacitação científico-tecnológica e o aperfeiçoamento de recursos humanos.

É propósito do Governo construir um "Aparelhamento Militar" que permita manter adequado poder dissuasório e de garantia da Defesa Nacional. Com esse objetivo foram desenvolvidas ações nas três Forças.

O Exército voltou-se prioritariamente para a execução de programas para a sua estruturação, especialmente na Região Amazônica, mediante o reequipamento de Organizações Militares e a ampliação da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, visando modernizar a Força Terrestre e melhorar sua operacionalidade. Este ano, deverá desenvolver a capacitação científico-tecnológica autóctone para produção de materiais de emprego militar, implementar o projeto Capacitação do Exército em Ciência e Tecnologia, e dar prosseguimento ao intercâmbio científico-tecnológico com entidades públicas e privadas. Promoverá, ainda, a preservação da base industrial do material de defesa, pela revitalização da indústria bélica nacional.

A Marinha, através do seu programa de reaparelhamento, incorporou à sua esquadra os submarinos convencionais classe "Tupi", as corvetas classe "Inhaúma", o Navio-Patrulha classe "Grajaú", para a patrulha do mar territorial e da Zona Econômica Exclusiva; adquiriu meios aeronavais para emprego nas fragatas e corvetas, e iniciou o processo de obtenção de meios de fuzileiros

navais. No Programa Calha Norte, foi contratada a construção de 6 embarcações para o serviço de patrulha e polícia naval fluvial na Bacia Amazônica.

No reaparelhamento da Força Aérea Brasileira, o principal objetivo é dar sequência ao Programa de Desenvolvimento da Aeronave AM-X, que resultou na incorporação ao acervo da FAB de mais quatro aeronaves em 1995, totalizando 32 unidades. Foi também contratado o desenvolvimento de aeronave leve de ataque, dotada de moderno sistema de navegação e capaz de operar em ambiente de pouca infra-estrutura como a Região Amazônica.

Em continuidade ao completamento da frota da FAB, foram iniciados os processos para aquisição de aeronaves MIRAGE III e de helicópteros tipo UH-1H, que deverão ser recebidos ainda este ano.

No desenvolvimento do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEA foram implantados radares, estações meteorológicas de altitude, centrais telefônicas, e construídas vilas residenciais para atendimento ao pessoal destacado em Fernando de Noronha, Porto Seguro, Petrolina e Bom Jesus da Lapa. Foi concluída a 1ª Fase da renovação de equipamentos, instalações e edificações do Destacamento de Proteção ao Vôo (DPV) de Anápolis. Em todos os CINDACTA - Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Trafego Aéreo, foi dado prosseguimento à melhoria dos meios de comunicação e à introdução de aperfeiçoamentos na sua operacionalidade, permitindo maior segurança, regularidade e fluidez ao tráfego aéreo.

Em 1996, terão continuidade os projetos para a implantação e revitalização dos CINDACTA I, II e III. Como porta de entrada no País das aeronaves oriundas da Europa, o DPV de Fernando de Noronha será implementado. Terão prosseguimento as obras para conclusão da instalação do DPV e da torre de controle em Porto

Seguro e da infra-estrutura dos DPV de Petrolina e Bom Jesus da Lapa.

No Programa Espacial, destacam-se os projetos: Veículo Lançador de Satélite (VLS), que até o final de 1995 alcançou o índice de 80% de realização, e o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), cujos principais eventos foram a construção da Torre Móvel de Integração do VLS, com infra-estrutura concluída em 95%. Nesse campo, pretende-se dar continuidade às obras e atividades de implantação das estações de Controle, de Preparação e Lançamento, de Controle de Satélites e do Setor de Apoio Logístico. Quanto ao VLS, prevê-se a realização de testes de queima, a execução de maquete de interfaces e rede elétrica e o cheque de missão de vôo. O lançamento inaugural está previsto para o quarto trimestre de 1996.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria de Comunicação Social
Subsecretaria de Imprensa e Divulgação

ORGANIZAÇÃO DE CONTEÚDO
Ministério do Planejamento e Orçamento

COMPOSIÇÃO E COORDENAÇÃO GERAL
Casa Civil da Presidência da República
Subchefia para Assuntos Parlamentares

ESTA OBRA FOI
IMPRESSA PELA
IMPRENSA NACIONAL
SIG, QUADRA 6, LOTE 800,
70604-900, BRASÍLIA, DF,
EM 1996, COM UMA TIRAGEM
DE 1.500 EXEMPLARES